



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

EMANOELA SENA DOS SANTOS

**OS DISCURSOS DAS MULHERES NA POLÍTICA: TOMADAS DE POSIÇÃO
PERANTE O DISCURSO FEMINISTA NOS DISCURSOS DE POSSE DE
MARIA DO ROSÁRIO (2011) E DAMARES ALVES (2019)**

Feira de Santana-BA

2023

EMANOELA SENA DOS SANTOS

**OS DISCURSOS DAS MULHERES NA POLÍTICA: TOMADAS DE POSIÇÃO
PERANTE O DISCURSO FEMINISTA NOS DISCURSOS DE POSSE DE
MARIA DO ROSÁRIO (2011) E DAMARES ALVES (2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Estadual de Feira de Santana como requisito parcial para obtenção do título Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Lopes Piris

Feira de Santana-BA
2023

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

S233d Santos, Emanoela Sena dos

Os discursos das mulheres na política: tomadas de posição perante o discurso feminista nos discursos de posse de Maria do Rosário (2011) e Damares Alves (2019) / Emanoela Sena dos Santos. – 2023.

110 f.: il.

Orientador: Eduardo Lopes Piris.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Feira de Santana, 2023.

1. Análise do discurso - Linguística. 2. Mulher - política brasileira. 3. Feminismo. 4. Nunes, Maria do Rosário. 5. Alves, Damares Regina. I. Título. II. Piris, Eduardo Lopes, orient. III. Universidade Estadual de Feira de Santana.

CDU 801

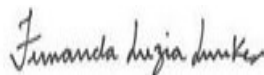
EMANOELA SENA DOS SANTOS

**OS DISCURSOS DAS MULHERES NA POLÍTICA: TOMADAS DE POSIÇÃO
PERANTE O DISCURSO FEMINISTA NOS DISCURSOS DE POSSE DE
MARIA DO ROSÁRIO (2011) E DAMARES ALVES (2019)**

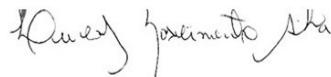
Feira de Santana, 28 de março de 2023.



Prof. Dr. Eduardo Lopes Piris
Universidade Estadual de Feira de Santana
Universidade Estadual de Santa Cruz
(Orientador)



Profa. Dra. Fernanda Luzia Lunkes
Universidade Federal do Sul da Bahia
(Examinadora Externa)



Prof. Dr. Lucas Nascimento Silva
Universidade Estadual de Feira de Santana
(Examinador Interno)

A Deus, razão pela qual cheguei aqui.

RESUMO

Este trabalho se propõe a articular os estudos sobre o feminismo (Louro, 2008; Miguel; Biroli, 2014) e a análise materialista do discurso (Pêcheux, 2010 [1969]; 2014 [1975]), para analisar as categorias do interdiscurso e das tomadas de posição do sujeito perante a formação discursiva na qual ele se inscreve, mais especificamente o discurso da mulher na política. Para tanto, analisamos os discursos de posse das Ministras Maria do Rosário e Damares Alves, empossadas entre 2011 e 2019 no Ministério da Mulher (e suas várias denominações). Pudemos ver nesta pesquisa que as diferentes formas de representar a mulher nos discursos de posse de Ministras mulheres no Ministério da Mulher são determinadas pela ideologia e pelas formações discursivas que definem o que pode e deve ser dito por cada sujeito. Por fim, destacamos a constituição de identificação discursiva das Ministras a partir do exame dos discursos-outros observando as relações com os discursos de defesa dos direitos das mulheres.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Feminismo; Discurso Político

RESUMEN

Este trabajo propone una reflexión sobre las bases teóricas que articulan los estudios feministas (Louro, 2008; Miguel; Biroli, 2014) y el análisis materialista del discurso (Pêcheux, 2010 [1969]; 2014 [1975]), eligiendo para el análisis las categorías de interdiscurso y de la posición del sujeto ante la formación discursiva en la que se inscribe, más específicamente el discurso de las mujeres en la política. Para ello, analizamos los discursos de toma de posesión de las Ministras Maria do Rosário y Damares Alves, juramentadas entre 2011 y 2019 en el Ministerio de la Mujer (y sus diversas denominaciones). Pudimos ver en esta investigación que las diferentes formas de representar a las mujeres en los discursos de toma de posesión de las Ministras en el Ministerio de la Mujer están determinadas por la ideología y las formaciones discursivas que definen lo que puede y debe decir cada sujeto. Finalmente, destacamos la constitución de la identificación discursiva de las Ministras a partir del examen de los otros-discursos, observando las relaciones con los discursos en defensa de los derechos de las mujeres.

Palabras clave: Análisis del discurso; Feminismo; Discurso político

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 09 |
| 1. DISCURSO, SUJEITO E IDEOLOGIA NA ANÁLISE DO DISCURSO..... | 15 |
| 1.1 DISCURSO..... | 15 |
| 1.2 SUJEITO E IDEOLOGIA..... | 19 |
| 1.3 DISCURSOS E ARQUIVOS..... | 22 |
| 1.4 AS MODALIDADES DE TOMADA DE POSIÇÃO DO SUJEITO..... | 24 |
| 1.5 OS CONCEITOS DE INTERDISCURSO E PRÉ-CONSTRUÍDO..... | 29 |
| 2 FEMINISMO E POLÍTICA: UM BREVE HISTÓRICO | 33 |
| 2.1 A (NÃO) PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES E TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA..... | 33 |
| 2.2 A INFLUÊNCIA DO FEMINISMO NA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM OCUPAÇÕES TRADICIONALMENTE MASCULINAS | 38 |
| 2.3 A MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA..... | 42 |
| 2.4 O FEMINISMO SOB A PERSPECTIVA ANTIFEMINISTA..... | 48 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS DA PESQUISA..... | 53 |
| 3.1 NATUREZA DA PESQUISA..... | 53 |
| 3.2 CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> E CRITÉRIOS DE ANÁLISE..... | 54 |
| 3.3 ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE DE MARIA DO ROSÁRIO..... | 60 |
| 3.4 ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE DE DAMARES ALVES | 69 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 78 |
| REFERÊNCIAS | 81 |
| ANEXOS..... | 85 |
| ANEXO 1 – DISCURSO DE POSSE DE MARIA DO ROSÁRIO NA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM 2011..... | 85 |
| ANEXO 2 – DISCURSO DE POSSE DE DAMARES ALVES NO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS EM 2019..... | 97 |

INTRODUÇÃO

A ideia para a realização desta pesquisa constitui por uma inquietação desenvolvida desde a graduação, por meio do projeto de pesquisa “Gênero e sexualidade” (PIBIC/CNPQ), do qual fui bolsista. A inserção neste projeto de pesquisa

despertou-me o interesse sobre as questões relativas à representação da mulher nos espaços públicos, pois historicamente o lugar da mulher sempre foi reservado aos cuidados do lar e à família. Por conta disso, há muito tempo, as mulheres têm sido domésticas e educadoras dos filhos, diferentemente do homem, que tem ocupado o lugar de chefe de família, que ocupava tanto os espaços privados (em casa com a mulher) quanto os espaços públicos. Neste sentido, o movimento feminista trouxe uma importante contribuição em prol dos direitos das mulheres, defendendo, principalmente, o direito das mulheres de participar ativamente da política.

Neste mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, enquanto espaço de leitura e produção, surgiu a oportunidade de aprofundamento das minhas reflexões acerca dessa temática e, com ela, a possibilidade de dialogar com a temática das mulheres na política.

A escolha pela análise dos discursos de posse das Ministras no Ministério da Mulher, considerando a Formação Discursiva feminista foi motivada pela constatação da baixa participação feminina no órgão responsável pela defesa dos direitos das mulheres, na política governamental brasileira da Nova República, tornando-se seus discursos alvo de interesse para verificar se há contradições ou não pelo cargo que elas ocupam.

De todo modo, como propomos analisar os discursos de posse das Ministras no Ministério da Mulher, é fundamental situar o contexto histórico do Ministério da Mulher.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que promove e assegura os direitos das mulheres no Brasil, foi estabelecida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1997, ao criar a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres tendo como primeiro ocupante da pasta, José Gregori. A partir de 1997 foi denominada em alguns governos de Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e em outros de Secretaria Especial de Direitos Humanos.

No ano de 2011, Maria do Rosário foi a primeira mulher ocupante do cargo mais alto da pasta “Secretaria dos Direitos Humanos do Brasil”, nomeada no governo Dilma Rousseff, tendo cumprido seu mandato em 2014.

Posteriormente em 2015, ainda no governo da presidenta Dilma Rousseff, foi empossada a ministra Ideli Salvati, a segunda mulher ocupante da pasta também nomeada “Secretaria dos Direitos Humanos do Brasil”, tendo cumprido seu mandato em 2016.

Em 2015, no governo da presidenta Dilma Rousseff, a pasta dos Direitos Humanos foi unificada com as secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial de Políticas Públicas para as Mulheres, formando o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, com o envio ao Senado da Medida Provisória em outubro de 2015.

Após aprovação do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 31 de agosto de 2016, Michel Temer foi empossado definitivamente como presidente interino da República.

O Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, foi extinto em 2016 após a posse de Michel Temer e recriado em 2017 pelo mesmo como Ministério dos Direitos Humanos.

Em 2017, Luislinda Valois foi nomeada a terceira ministra da pasta “Ministério dos Direitos Humanos do Brasil”, tendo cumprido seu mandato no ano de 2018.

Em 2019, no governo do Jair Bolsonaro, a pasta passou a ser nomeada de Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, tendo Damares Alves como ministra. Nesse Ministério, as conquistas dos movimentos das mulheres foram ameaçadas no Brasil, pois o Ministério da Mulher viveu um retrocesso por parte do governo federal. Ao invés de novas conquistas, o Ministério da Mulher teve um aumento de violência contra a mulher, a desarticulação de secretarias da mulher e vários ataques contra os projetos progressistas.

Por outro lado, de modo geral, observando os dados históricos da sociedade, a posse das Ministras no Ministério das Mulheres pode ser considerada um marco de vitória para o movimento feminista que sempre lutou pela igualdade de gênero no Estado.

É importante contextualizar que a busca por espaço da figura feminina ocorreu em diversos períodos da história. No século XIX, não havia possibilidade de participação cidadã da mulher na sociedade, pois não podia votar, nem estudar e nem trabalhar. Com a virada do século, as revoltas sociais em favor da igualdade social adquiriram visibilidade e expressividade com o chamado “sufragismo”, movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres (LOURO, 2008). Com isso, o lugar social das mulheres se modificou ao longo das últimas décadas, pois a mulher deixa de ser simplesmente dona do lar, esposa, mãe e se insere no mercado de trabalho e, em especial, na política, e isso foi um grande avanço do feminismo (MIGUEL; BIROLI, 2014).

É neste contexto que nosso trabalho se insere e propõe a seguinte questão: Quais os processos de identificação das posições assumidas nos discursos das Ministras empossadas em relação à luta pelos direitos das mulheres?

Até 2022¹, foram empossadas cinco Ministras mulheres no que podemos chamar de Ministério da Mulher, sendo elas: Maria do Rosário (2011-2014), Ideli Salvati (2014- 2015), Nilma Lino Gomes (2015-2016), Luislinda Valois (2017-2018) e Damares Alves (2019-2022). Como não localizamos os discursos de posse de Nilma Lino Gomes, Luislinda Valois e Ideli Salvatti, nossa análise abrangeu somente os discursos que foram encontrados: os de Maria do Rosário e de Damares Alves.

De modo geral, este trabalho objetiva discutir o lugar da mulher na política em cargos governamentais por meio da análise discursiva do pronunciamento de posse de duas titulares no Ministério da Mulher. E, de modo mais específico, pretende-se: 1) observar como o processo de identificação da mulher é construído nos discursos de posse das Ministras Maria do Rosário (2011) e Damares Alves (2019); 2) examinar o efeito de pré-construído nos discursos das Ministras com os discursos feministas e os discursos das mulheres pelos direitos; 3) depreender o processo de identificação, por meio do exame das modalidades de tomada de posição do sujeito perante a Formação Discursiva que o domina (identificação, contra-identificação, desidentificação); 4) demonstrar os diferentes posicionamentos ideológicos, a partir dos quais enunciam as Ministras em seus pronunciamentos como representantes desse grupo, que são mulheres.

Com isso, esperamos que essa pesquisa venha contribuir de maneira significativa para o estudo da linguagem por meio da Análise do Discurso, somando a outros trabalhos já existentes em outras áreas do conhecimento. Apesar de já existirem alguns trabalhos sobre a análise dos discursos políticos de posse, estes não

¹ Em 3 de janeiro de 2023, Aparecida Gonçalves foi empossada como titular do Ministério das Mulheres pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Discurso disponível no canal da TV BrasilGov em: <https://www.youtube.com/live/1V1OiCdf0iw?feature=share>

visaram à análise do discurso do Ministério da Mulher. Além disso, buscamos fazer uma articulação entre os estudos da Análise do Discurso e os Estudos Feministas.

Dessa forma, esta pesquisa é necessária porque situa-se na teoria materialista do discurso e dialoga com os estudos feministas, caracterizando as mudanças e o posicionamento da mulher na sociedade e, sobretudo na política brasileira.

Nesta perspectiva, apoiamo-nos em referenciais teóricos que apresentam indicadores significantes para os estudos feministas (LOURO, 2008; MIGUEL; BIROLI, 2014) e para a análise materialista do discurso (PÊCHEUX, 2010 [1969]; 2014 [1975]; 2014 [1984]), elegendo para a análise as categorias do interdiscurso e das tomadas de posição do sujeito perante a Formação Discursiva na qual ele se inscreve. Assim, a análise focaliza a constituição da identidade discursiva das Ministras, a partir do exame dos discursos-outros, observando as relações com os discursos de defesas dos direitos das mulheres.

Como processo metodológico deste trabalho, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, aliado ao método documental, a partir da teoria de Bogdan e Biklen (1994) e Marconi e Lakatos (2010). A pesquisa centrou-se na análise do pronunciamento das Ministras empossadas no Ministério da mulher.

Esta dissertação apresenta, além desta introdução, três seções dispostas conforme os objetivos e os procedimentos analíticos adotados ao longo da pesquisa. Neste sentido, na seção 1, apresentamos a fundamentação teórica, focalizando os conceitos de sujeito, ideologia, discurso e modalidades de posição do sujeito postulados por Michel Pêcheux. Na seção 2, procuramos apresentar um breve histórico do feminismo e mulheres na política. Na seção 3, especificamos a metodologia do trabalho, a forma como o *corpus* está organizado e os passos seguidos para que a análise de dados fosse construída, bem como apresentamos a

análise do corpus da pesquisa. Por fim, apresentamos algumas considerações com as principais constatações e ponderações acerca dos discursos das mulheres na política.

1. DISCURSO, SUJEITO E IDEOLOGIA NA ANÁLISE DO DISCURSO

*As palavras simples do nosso cotidiano já
chegam até nós carregadas de sentidos que
não sabemos como se constituíram e que no
entanto significam em nós e para nós.
Eni Orlandi*

Nesta seção, procuramos apresentar os principais conceitos da Análise do Discurso mobilizados nesta pesquisa, conceitos esses elaborados por Michel Pêcheux, seus colaboradores e continuadores.

1.1 DISCURSO

Na primeira metade do século XX na França, surgiram algumas teorias da linguagem, teorias essas que ultrapassaram os limites da língua como sistema de signos. Dentre elas, destaca-se a Análise do Discurso.

De acordo com Pêcheux (2010 [1969]), o discurso não se trata de uma transmissão de informação entre A e B, mas de um efeito de sentidos entre A e B, ou seja, os pontos A e B designam determinadas posições na sociedade. Nesse sentido, o discurso na AD é concebido levando-se em consideração os seus aspectos sociais, históricos e ideológicos.

É neste sentido que Pêcheux (2014 [1975]) afirma que falar uma mesma língua não implica reproduzir o mesmo discurso:

O sistema da língua é de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse

conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim como a base comum de processos discursivos diferenciados [...] (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 81).

A partir dessa reflexão, Pêcheux afirma que a língua é um sistema relativamente autônomo, pois “[...] todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 81).

Neste sentido, Pêcheux concebe a linguagem a partir de uma perspectiva materialista fazendo uma ruptura com as noções anteriores, que têm o discurso apenas como transmissão de informação, principalmente com o estruturalismo.

Pêcheux não nega o discurso como estrutura, mas também ressalta a importância de considerar o discurso como um acontecimento. No entanto, ele recusa as evidências de sentido, haja vista que a ideia de sentidos fixos não existe. Para o autor, os sentidos são construídos e modificados constantemente, de acordo com as condições de produção. Assim, em contraponto com a dicotomia saussuriana língua/fala, Pêcheux propõe a relação entre base linguística e processo discursivo, elaborando a noção de processo de produção do discurso como um conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em circunstâncias dadas (PÊCHEUX, 2014 [1969], p. 73). Isso o conduz a uma concepção distinta de outras teorias, que têm o discurso como a transmissão de informação.

Desta maneira, o discurso para Pêcheux é efeito de sentido, que depende dessas condições de produção e posições do sujeito, que fazem parte da sua historicidade (PÊCHEUX, 2015 [1983]).

Ana Zandwais (2009) também traz uma crítica à concepção estruturalista de Saussure, em que a língua é tomada de forma abstrata, como convenção e como produto da história. Nisso, a autora revela que língua e discurso têm materialidades distintas e intercomplementares, pois a base linguística é tomada como materialidade necessária para a realização da ideologia, enquanto o discurso é o lugar em que as ideologias funcionam e produzem determinados efeitos de sentidos de acordo com as distintas posições ideológicas.

Neste sentido, Pêcheux (2014 [1969]) assevera que essas posições funcionam como “uma série de formações imaginárias, que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 2014 [1969], p. 82). Nesse sentido, Oliveira (2014) destaca que essas posições são fortemente influenciadas pelos conceitos do materialismo histórico, pois são caracterizadas pelo modo de produção que a domina e pelas relações entre classes que a impõem. Essas relações correspondem a posições políticas e ideológicas, que são organizadas em Formações Ideológicas (FI) e Formações Discursivas (FD).

A concepção de língua e discurso desenvolvida na Análise do Discurso impacta também a própria noção de sentido. Nessa linha, Orlandi afirma que “o discurso é o lugar que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2015, p. 15).

O discurso é remetido às relações de sentido nas quais é produzido, assim um discurso sempre remete a outro discurso. É impossível analisar um discurso como um texto, é necessário referi-los sempre a partir das condições de produção, de modo que a análise do discurso político deve ser remetida às relações de sentido nas quais é

produzido: “assim, tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 76).

Porém, apesar de pertencer à determinada Formação Discursiva, um discurso é sempre atravessado por outro discurso, de modo que “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” (ORLANDI, 2015, p. 40).

Ora, percebe-se então que na AD os efeitos de sentido são identificáveis. No discurso político, por exemplo “não podemos pretender falar de discurso político sem tomar simultaneamente posição na luta de classes, já que essa tomada de posição determina, na verdade, a maneira de conceber as formas materiais concretas sob as quais as ‘ideias’ entram em luta na história” (PÊCHEUX, 2011 [1977], p. 78).

Portanto, para que seja possível analisar um discurso político, para a AD é fundamental que se conheça o sujeito enunciator, o lugar e o momento para assim, analisar os efeitos de sentidos dos enunciados proferidos. Diante disso, corroborando com Orlandi (2015):

1) O discurso é constituído por seus sentidos, ou seja, aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma determinada Formação Discursiva. Desse modo, podemos observar que as palavras possuem seus sentidos nas formações discursivas em que se inscrevem;

2) Palavras iguais possuem sentidos diferentes, porque se inscrevem em formações discursivas diferentes.

Ainda de acordo com Orlandi (2015), na Análise do Discurso, temos um complexo processo de constituição do sujeito e produção de sentidos, e não somente uma transmissão de informação. Além disso, a FD está ligada ao interdiscurso, no qual permite que o sujeito se aproprie de enunciados para constituir seu dizer dando coerência ao seu discurso dentro de uma FD. (BACHI, 2022).

Um outro fator diz respeito à impossibilidade de fazer análise do discurso sem uma base em uma teoria do sujeito e sem levar em consideração os seus aspectos sociais, históricos e ideológicos. Assim, não se pode pensar o discurso fora das suas condições de produção, de modo que o discurso é materializado a partir de determinadas condições de produção (PÊCHEUX, 2010 [1969]).

Deste modo, é importante enfatizar como foi estabelecido o conceito de ideologia a partir de Pêcheux, o qual veremos a seguir.

1.2 SUJEITO E IDEOLOGIA

Antes de adentrar no conceito de ideologia a partir de Pêcheux, vale ressaltar que não foi Pêcheux nem Althusser que foram os pioneiros a teorizar e problematizar o conceito de ideologia. O conceito de ideologia foi abordado por outros autores marxistas, antes de ser definido por Althusser. É a partir de uma trajetória teórico-conceitual constituída que Pêcheux toma a ideologia ao articular a materialidade ideológica com a materialidade discursiva (ZANDWAIS, 2009).

Ainda de acordo com Zandwais (2009), é a partir dos seguintes pontos que Pêcheux configura as ideologias pautadas em suas dominâncias:

1. Dominância metafórico-semântica: o sujeito marca sua posição em relação a um sistema de sinais que demarcam seu comportamento;
2. Dominância sintático-semântica: a ideologia reflete as relações entre os discursos e as instituições.

Ainda é válido ressaltar que Pêcheux, nestes estudos, havia apresentado um estatuto distinto à noção de ideologia já apresentado em 1966. Somente em 1969 que Pêcheux se aproxima de Althusser, mas, por outro lado, demonstra uma

independência que sofre a respeito do processo de elaboração de uma teoria materialista do discurso.

É no processo de desconstrução das bases das teorias objetivistas (estruturalistas, formalistas) e subjetivistas (enunciativas) que Pêcheux estabelece uma ligação entre ideologia, discurso e subjetividade, de modo a refletir a interpelação do indivíduo em sujeito, tendo o sujeito de uma formação social, que se reconhece como sujeito pelas práticas que o interpelam (ZANDWAIS, 2009).

O ponto de partida da reflexão de Althusser consiste em aprofundar a descrição dos processos ideológicos, a partir do materialismo histórico, pois para Althusser há diferentes posições ideológicas. Essas diferentes posições ideológicas não são contraditórias, pois a ideologia tem um exterior, mas esse exterior é de outras ideologias. É aí que entra o sujeito da ideologia.

O sujeito para Althusser é o sujeito da ideologia, e não há sujeito sem ideologia (PÊCHEUX, 2010 [1969]. De acordo com Pêcheux (2014 [1984]), é a partir da ideia de reprodução, de base econômica, que Althusser estabelece sua teorização sobre os processos ideológicos e formula seu conceito de ideologia. Pêcheux, ao discordar da ideia de Althusser, revela que colocar-se sob o ponto de vista da reprodução na preferência da luta de classes é colocar-se ao mesmo tempo, sob a ótica de quem se opõe a essa reprodução. Dessa forma, Althusser tem sido fortemente criticado por Pêcheux por ter subestimado esse aspecto.

Diante disso, Pêcheux (2014 [1984]) esclarece os seguintes pontos:

1. A ideologia não se reproduz na forma geral da mentalidade de uma época, que se impõe de maneira igual e semelhante à sociedade, antes da luta de classes;

2. É impossível atribuir a cada classe sua ideologia, como se cada sujeito vivesse antes da luta de classes no seu ambiente, nas suas condições e em seus hábitos específicos;
3. A ideologia dominante se torna dominante pelo lugar e o meio de sua realização. É através dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) que a ideologia de classe dominante se reproduz.

Assim, compreendemos que os sentidos e os sujeitos são constituídos pela ideologia.

Uma outra questão importante para os estudos da Análise do Discurso é a noção de sujeito. Em Análise do Discurso, a principal preocupação de Pêcheux era a ligação entre o discurso e a política, ligação essa que passa pela ideologia. É tendo como referência a ideologia que Pêcheux introduz o sujeito enquanto efeito ideológico. É enquanto sujeito que qualquer pessoa é “interpelada” a ocupar um lugar no sistema de produção (PÊCHEUX, 2010 [1969]).

Nesse sentido, não se pode falar em sujeito sem falar da Formação Discursiva. É por meio da relação entre o sujeito com a FD que se chega ao funcionamento do sujeito no discurso. Ainda de acordo com Indursky (2005), não é possível pensar em Formação Discursiva sem associar à noção de forma-sujeito e sua fragmentação em posição-sujeito, pois ambas estão interligadas na FD, bem como estão claramente pressupostas na obra de Pêcheux. Este sujeito fragmentado está sempre carregado de um dizer que vem de outro lugar e a noção FD em Pêcheux é concebida de forma interligada com a ideologia.

Desse modo, percebe-se que a FD corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam uma forma de se relacionar com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito.

Assim, o sujeito é convocado para formular a noção de FD. De acordo com Pêcheux (2014 [1975], p. 147) “os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso), pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. E, para o autor, é mais específico ainda ao afirmar que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a Formação Discursiva que o domina (isto é, na que ele é constituído como sujeito)” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p.150).

1.3 DISCURSOS E ARQUIVOS

Pelo processo de identificação, o sujeito se inscreve em uma Formação Discursiva para que as suas palavras tenham sentido, mas não do chamado sentido literal, uma vez que o sentido não é transparente, é opaco. No processo de identificação, o sujeito se reconhece nos sentidos que produz. Desta forma, Orlandi (1996) nos assevera:

O gesto do analista é determinado pelo dispositivo teórico enquanto o gesto do sujeito comum é determinado pelo dispositivo ideológico. Sem esquecer que determinar significa ser constitutivo e não relação de causa/efeito, muito menos mecânica (ORLANDI, 1996, p. 84).

Para Orlandi, a noção de arquivo aqui é esclarecedora. Diz Pêcheux (1994) que o arquivo é comumente compreendido como o campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão. Há gestos de leitura que constroem o arquivo, que

dão acesso aos documentos. Esses gestos de leitura são de forma organizada e dispõem sobre a relação do sentido literal e do sentido interpretativo.

Na perspectiva do discurso, o arquivo se coloca no espaço polêmico das maneiras de ler, “criticando o que sustenta a separação entre a cultura científica e literária (PÊCHEUX, 2014). Assim,

Seria do maior interesse reconstruir a história desse sistema diferencial do gestos de leitura subjacentes, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de aprendê-los, nas práticas silenciosas da leitura “espontânea” reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura: consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam estas leituras, mergulhando a “leitura literal” (enquanto apreensão-do -documento) numa “leitura” interpretativa – que já é uma escritura.” (PÊCHEUX, 1994, p. 58).

Desse modo, podemos ampliar a noção de arquivo, se pensamos que todo dizer se liga a uma memória, ou seja, todo sujeito “recorre” a um “arquivo”, aos discursos disponíveis. Todo sujeito possui seu “discurso textual” (ORLANDI, 1996).

Vale ressaltar aqui que o discurso não é só uma questão de memória, mas é uma questão de esquecimento. No discurso de posse das Ministras, por exemplo, o esquecimento se explica pela maneira como esses discursos proferidos convocam sentidos pré-construídos, ou seja, os sentidos já ditos em uma determinada Formação Discursiva e não os sentidos dos discursos onde os fatos se produzem. Neste sentido, Pêcheux evidencia a necessidade se produzir um instrumento de análise que seja capaz de compreender os gestos de leitura que definem os arquivos e estabelecer um pensamento crítico para questionar o que é realmente importante nos materiais:

Não cede às facilidades verbais de pura de denúncia humanista do “computador”, nem se contra-identificar ao campo da informática (o que tornaria a reforçar o projeto desta), mas tomar concretamente partido, no nível dos conceitos e dos procedimentos, por este trabalho

do pensamento em combate com sua própria memória que caracteriza a leitura-escritura do arquivo, sob suas diferentes modalidades ideológicas e culturais, contra tudo o que tende hoje a apagar este trabalho. Isto supõe também construir procedimentos algoritmos informatizados, traduzindo, tão fielmente quanto possível, a pluralidade dos gestos de leitura que possam ser marcados e reconhecidos no espaço polêmico das leituras de arquivo (PÊCHEUX, 1994, p. 10-11).

Dessa maneira, trata-se de um novo trabalho, articulado ao acontecimento que lhe dão consistência, ou seja, por um lado pelo “Sujeito”, o interdiscurso que aparece na forma de pré-construído, e por outro lado pelo “sujeito”, o enunciador.

Assim, o analista precisa “reconhecer a materialidade da língua na discursividade do “arquivo” [...] reconhecer também a interpretação, ou melhor, reconhecer que os fatos estão sujeitos à interpretação e que a língua, na medida em que é constituída pelo deslize, pela falha, pela ambiguidade, faz lugar para a interpretação” (ORLANDI, 1996, p. 97).

1.4 AS MODALIDADES DE TOMADA DE POSIÇÃO DO SUJEITO

Juntamente com a ideologia, o sujeito é tomado como princípio organizador da FD. Neste sentido, a FD é entendida como o que pode e deve ser dito pelo sujeito, a partir de uma determinada conjuntura tomada de posição, cujo funcionamento é explicado da seguinte forma:

[...] a tomada de posição resulta de um entorno do “Sujeito” no sujeito, de modo que a não coincidência subjetiva que a caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele “toma consciência” e a propósito do que ele toma posição, é pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus “semelhantes” e com o “Sujeito”. O “desdobramento” do sujeito – como “tomada de

consciência de seus “objetos” – é uma reduplicação da identificação [...] (PÊCHEUX 2014 [1975], p.160).

Corroborando com Indursky (2005), esta reduplicação da identificação do sujeito, revela que o sujeito do discurso ao tomar uma posição, identifica-se totalmente com o seu Sujeito, reduplicando sua identificação com a forma-sujeito que organiza o que pode e deve ser dito dentro de uma determinada FD. Diante disso, só há espaço para os mesmos sentidos, e a identificação do sujeito se dá diretamente com a forma-sujeito, responsável pelos saberes inscritos na Formação Discursiva.

Vejamos, pois, como se dão as modalidades de tomada de posição. De acordo com Pêcheux (2014 [1975]) a ideologia é que interpela os indivíduos em sujeitos, a partir da relação sujeito/Sujeito constitutivo da interpelação ideológica, estabelecendo três modalidades de tomada de posição do sujeito:

A **primeira modalidade** consiste no que Pêcheux designou de superposição entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal. Nesta modalidade, o sujeito identifica-se totalmente com a forma sujeito da FD. Trata-se do desdobramento sujeito/Sujeito, no qual o sujeito coincide com o Sujeito, ou seja, o indivíduo interpelado em sujeito, se assujeita livremente ao Sujeito, delimitando “o que pode e deve ser dito”.

A **segunda modalidade** caracteriza o discurso de “mau sujeito”, discurso em que o sujeito do discurso, por meio de uma tomada de posição, se contrapõe à forma sujeito da FD. Nesta modalidade surgem diferentes posições do sujeito, e é a partir destas novas tomadas de posições que a divergência começa a ser colocada.

Estas duas modalidades de tomada de posição representam o que Pêcheux determinou de bom sujeito e de mau sujeito. A estas duas modalidades, Pêcheux acrescenta uma terceira que funciona sob o modo da desidentificação, sendo a terceira modalidade.

Na **terceira modalidade**, o sujeito do discurso se desidentifica com sujeito da enunciação e o sujeito universal de uma determinada FD. Nesta modalidade, ocorre um deslocamento, no qual afeta a relação sujeito/Sujeito, transformando a forma-sujeito. Neste sentido, “a desidentificação sinaliza que, de fato, o sujeito já se identificou com outro domínio de saber, com uma outra ideologia, com uma outra forma-sujeito” (INDURSKY, 2005, p. 6).

Diante disso, Indursky (2005) revela que:

Quando o sujeito não se limita a reproduzi-lo, a produção de conhecimento passa por um processo que Pêcheux designou de apropriação e a própria noção de apropriação deve ser repensada, pois apropriar-se não significa citar, nem tomar o que é do outro e apresentá-lo como seu. Apropriação significa tornar seu um conceito proveniente de outro lugar e isso só pode ocorrer pelo processo de teorização. Transformar o conhecimento é teorizar (INDURSKY, 2005, p. 6-7).

Sobre o processo de apropriação, Indursky assinala três observações: A primeira observação explicita que Pêcheux apropriou-se da noção de FD, elaborando formulações teóricas diversas. A segunda observação permite avançar algo a mais: para Pêcheux, a ideologia é a condição essencial. Na terceira e última observação, Pêcheux revela que as FDs não são homogêneas, pois as divergências e os questionamentos tornam a FD heterogênea.

Dessa forma, na terceira modalidade de desdobramento do sujeito, o sujeito se relaciona com a desidentificação, ou seja, o sujeito do discurso não se identifica com o saber da FD, nem muito menos questiona, como ocorre na segunda modalidade de desdobramento do sujeito.

Um outro aspecto que Indursky aponta é que, para Pêcheux, a contradição ultrapassa as diferentes formas de utilizar um mesmo conceito, assumindo consequências teóricas importantes.

Ou seja:

Se a ideologia está atravessada pela contradição, tal fato determina que a FD, que pode ser pensada como um recorte discursivo da Formação Ideológica, desde o momento de sua individuação, já surge marcada pela contradição, ou seja, uma FD, é desde sempre, já ideológica e contraditória (INDURSKY, 2005, p. 11).

Desse modo, podemos observar, que tanto a FD e a FI passam pelo processo de apropriação/teorização, tratado por Indursky (2005). Ainda de acordo com Piris (2016), esses conceitos são importantes, pois nos fazem compreender, que não há sujeito sem ideologia e a interpelação ideológica não se restringe tão somente à um posicionamento ideológico do sujeito, mas abre espaços para “a negociação, o dissenso e a ruptura”.

São nessas últimas tomadas de posição do sujeito, contraidentificação e desidentificação, que há espaço para o deslize de sentidos. Não se trata de uma única forma-sujeito, há diferentes posições-sujeito que evidenciam diferentes formas de se relacionar com a ideologia.

Vale destacar aqui, o texto anexo ao *Semântico e Discurso*, “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, PÊCHEUX (2014[1975]) faz uma retificação indicando uma possibilidade de interlocução ente a Análise do Discurso e a psicanálise: “a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deve ser pensada sem referência ao registro inconsciente” (PÊCHEUX 2014[1975] p. 278).

Isso nos revela que “os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar (...)”. (PÊCHEUX 2014[1975] p.277).

Assim, podemos dizer que os sujeitos do discurso são tomados emprestados enquanto efeitos de sentido vinculados a um sujeito discursivo descentrado pela interpelação ideológica histórica e pelo inconsciente.

Dito isso, podemos afirmar que é impossível o assujeitamento “perfeito”, pois o sentido é produzido pelo deslizamento e não pode ser confundido com o esquecido, porque ele não desaparece, sem deixar traços do sujeito da “forma ideológica” sob a evidência de sentido.

Ainda de acordo com Pêcheux (2014[1975] p.277): “não há ritual sem falhas, enfraquecimento e brechas”. Ele ainda acrescenta “(...)uma palavra pela outra é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso”.

Nas palavras de Indusky (2005), uma outra falha no ritual pode nos levar a observar não somente a transformação/reconfiguração, mas a instauração de uma nova posição do sujeito que traz para o interior da FD saberes que causam estranhamento.

Através do que foi apresentado até aqui, podemos sintetizar que, para compreender a noção de sujeito é preciso compreendê-la a partir do lugar que ele enuncia, e a representação social desse lugar determinará o que pode e o que não pode ser dito. Neste sentido, percebe-se que o discurso funciona a partir dos lugares ocupados pelo sujeito, isso significa que na Análise do Discurso o sujeito é assujeitado, sendo que “o assujeitamento nada mais é do que uma condição de existência dos sujeitos sociais, que, para se tornarem sujeitos, para ingressarem na

ordem do social, inevitavelmente são interpelados e constituídos pela(s) ideologia(s)” (FIGUEIRA, 2014, p. 247).

Dessa forma, não há como ser sujeito fora de uma interpelação ideológica, a ideologia é constitutiva ao sujeito, fazendo parte da sua subjetividade e sempre chamando-os a tomar posições diante do mundo (FIGUEIRA, 2014).

1.5 OS CONCEITOS DE INTERDISCURSO E PRÉ-CONSTRUÍDO

O conceito de pré-construído é de grande relevância para a Análise do Discurso, pois a ideia do pré-construído é que o discurso não funciona isoladamente, ele está inteiramente ligado a outros discursos que são convocados por sua materialidade.

Pêcheux (2014 [1975]) destaca como característica do pré-construído:

O “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que forece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que representa, no interdiscurso, aquilo que determina dominação da forma-sujeito (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 151).

De acordo com Vinhas e Tejadas (2020), o pré-construído constitui a caixa de conceitos da Análise do Discurso, caracterizando-se por colocar em jogo, no processo discursivo, o que foi dito antes, em algum lugar, produzindo um efeito de evidência de sentido.

Corroborando com Pavan e Galvão (2019), abordar o conceito de pré-construído sem mencionar outras noções da AD é uma tarefa quase impossível, pois seu funcionamento teórico-analítico mobiliza outros conceitos. Iniciemos, então, a

partir das noções de Formação Discursiva e de posição-sujeito, para seguir nos conceitos do interdiscurso e memória discursiva, e chegar à noção de pré-construído.

A Formação Discursiva está na ordem da heterogeneidade, podendo comportar diferentes posições-sujeito e ser definida como uma relação determinada entre um sujeito enunciativo e o sujeito do saber de uma dada Formação Discursiva, os quais constituem a forma-sujeito. É nessa heterogeneidade que se dá a movimentação de saberes. Isso revela que o discurso não está isolado, o discurso se constitui com outros, seja para negá-los, para reafirmá-los ou para se aliar.

A outra noção imprescindível para pensar a Formação Discursiva sobre essa ótica da heterogeneidade é o funcionamento do interdiscurso. É no interdiscurso que se encontram todos os discursos disponíveis para a delimitação das formações discursivas (TEJADA; VINHAS, 2020). E, de acordo com Pêcheux:

[...] o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e opõe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construídos, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 154).

De acordo com Pavan e Galvão (2019), o interdiscurso armazena todos os dizeres, ou seja, tudo aquilo que já foi e o que será dito, por isso sustenta os sentidos que serão produzidos a partir das formações discursivas e de suas posições-sujeito.

Com o funcionamento do interdiscurso juntamente com as formações discursivas e suas posições, há o trabalho da memória, que retorna os efeitos do que já foi dito, estabelecendo os pré-construídos. Ainda de acordo com Pavan e Galvão (2019), não são todos os pré-construídos que são restituídos pela memória:

[...] retornam apenas aqueles relacionados à FD e à posição-sujeito daquele que se põe a ler. Isso quer dizer que os efeitos produzidos

pela memória não são os mesmos para os sujeitos. Ou melhor: os sujeitos, diante de um mesmo texto a ler, de um mesmo fato, lançam gestos interpretativos diferentes. Enquanto para alguns são mobilizados alguns dizeres, para outros a mobilização é diferente, ocorrem distintos *efeitos de memória*. E isso tem a ver com o campo de saberes em que esses sujeitos são interpelados a enunciar (PAVAN; GALVÃO, 2019, p. 177).

Diante disso, o conceito de pré-construído é o que permite pensar como o sujeito se inscreve em uma determinada Formação Discursiva. Corroborando com as ideias de Possenti, “para cada FD, há um conjunto de pré-construídos (discursos transversos etc.) no interdiscurso, aos quais um sujeito pode ou deve recorrer. Mas ele não pode recorrer a todos, como deveria ser o óbvio”. (POSSENTI, 2003, p. 258).

Conforme o que foi mencionado até aqui, podemos compreender que pré-construído e discurso transversal são diferentes funcionamentos do interdiscurso. Encontramos respaldo para essa afirmação ao considerar que:

[...] por oposição ao funcionamento do pré-construído – que dá seu objeto ao pensamento sob a modalidade da exterioridade e da pré-existência –, a articulação de asserções, que se apoia sobre o que chamamos o “processo de sustentação”, constitui uma espécie de retorno de saber no pensamento (PÊCHEUX (2014 [1975], p. 101-102).

Podemos compreender que, por um lado, o pré-construído apresenta o objeto de pensamento oriundo da Formação Discursiva dominante dentre todas as formações discursivas que constituem o complexo com dominante do interdiscurso. Já por outro lado, o discurso-transversal coloca em movimento o saber da Formação Discursiva com qual o sujeito se identifica. O próprio Pêcheux diz que:

[...] uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas

evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de pré-construídos” e de “discursos transversos”) (PÊCHEUX, 2010 [1969], p.310).

O que Pêcheux nos apresenta é que todo o efeito de sentido produzido pelo pré-construído e discurso transverso são representados dos saberes advindos de uma Formação Discursiva. O que se pode dizer dentro de uma Formação Discursiva dada e que é definida através dos interdiscursos que lhe dão possibilidade de existência.

2 FEMINISMO E POLÍTICA: UM BREVE HISTÓRICO

A teoria política feminista, deslocou a compreensão do que é justiça, democracia, autonomia, identidade e fez isso motivada por uma compreensão profundamente crítica das instituições vigentes e das relações que elas fomentam (Miguel e Biroli)

Neste espaço procuramos abordar os dados históricos do feminismo, bem como as relações de gênero se estabelecem de forma desigual na sociedade. Para isso, apoiamo-nos na teoria de Louro (2008) e Miguel e Biroli (2014).

2.1 A (NÃO) PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES E TRAJETÓRIA D O MOVIMENTO FEMINISTA

Em diversos momentos da História é possível observar ações coletivas contra a desigualdade entre homens e mulheres, pois na sociedade a mulher sempre foi reservada aos cuidados de casa e da família. Diferente do homem, que podia ocupar tanto o espaço de casa com a mulher quanto os espaços públicos, fora de casa, a mulher não podia ocupar nenhum emprego, a não ser aqueles ligados às atividades domésticas e, desse modo, se viu colocada na condição de dependência financeira do marido.

Diante disso, Lerner (2019) afirma que o patriarcado apareceu como Estado arcaico, afetando integralmente sua formação. Como fruto de sua organização, tivemos a família patriarcal que criava suas regras e valores na sociedade. Neste sentido, os homens tinham direitos sobre as mulheres, tornando-se recurso deles. As mulheres eram trocadas ou compradas em casamentos para benefícios de suas

famílias ou até mesmo passaram a ser compradas para a escravidão como serviços sexuais, tornando-se parte da sua mão de obra.

Ainda de acordo com Lerner (2019), as mulheres durante muito tempo foram forçadas a viver à margem da sociedade, tendo sua participação social prejudicada por cerca de 2.500 anos. No entanto, a resistência das mulheres na luta pela conquista do seu lugar na sociedade, permitiu avanços significativos na busca pela igualdade de gênero, assegurando sua ascensão a posições historicamente ocupadas por homens (TEJADA; VINHAS, 2020, p. 3).

Enquanto homens e mulheres consideravam natural a subordinação da metade da humanidade, o feminismo apresenta o fundamento para uma análise mais justa da realidade, uma análise que consegue distinguir no mínimo uma parte das mulheres. O feminismo, neste contexto, se apresenta como um movimento político organizado no início do século XIX.

Alves e Pitanguy (2003) mostram que o século XIX se caracterizou por duas frentes: a luta por melhores condições de trabalho (salário, redução da jornada, repouso semanal e condições de higiene) e a luta pelos direitos da cidadania (o direito ao voto). Essas manifestações contra a opressão feminina, como evidencia Louro (2008), adquiriram uma visibilidade maior no chamado “sufragismo”, movimento voltado para o direito do voto às mulheres. Diante disso, o sufragismo expandiu-se e alastrou-se por vários países, mesmo com força e resultados diferentes. Posteriormente, o sufragismo passou a ser reconhecido como a “primeira onda” do feminismo.

Em 1960, foi desenvolvida a “segunda onda” do feminismo. Louro (2008) revela que, nessa “segunda onda”, o feminismo, além de se preocupar com as ações sociais

e políticas, se volta para as construções especificamente teóricas entre estudiosos, militantes e críticos.

A década de 1960 foi um período em que o feminismo se tornou um marco de contestação na França, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Esses países foram locais em que vários grupos expressaram sua inconformidade à tradicionalidade social e política. Tornar visível a voz que outrora foi ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas nesse período, pois “a segregação social e política a que mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito” (LOURO, 2008, p. 20).

É necessário observar que essa invisibilidade, produzida a partir de vários discursos caracterizaram o espaço privado como o verdadeiro universo da mulher, e esse universo já vinha sendo rompido aos poucos por algumas mulheres. Cada vez mais, as mulheres do campo e das classes trabalhadoras trabalhavam fora do lar, como nas fábricas, escritórios, escolas e hospitais. Em boa parte, seus exercícios eram quase sempre, como são ainda hoje, severamente controlados e dirigidos por homens e as mulheres, geralmente, eram representadas como secundárias, de “apoio”, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação (MIGUEL; BIROLI, 2014). As características desses trabalhos, bem como a ocultação da rotina nos trabalhos domésticos, passavam agora a ser visibilizadas.

No entanto, uma das marcas mais importantes do feminismo é o seu caráter político, pois as sufragistas pressionaram as formas de ver o mundo. Podemos observar, por meio da luta pelos direitos das mulheres, como o direito de votar, o acesso à educação, os direitos na exigência iguais no casamento, bem como o direito ao divórcio e também o direito de controlar a sua capacidade reprodutiva. Com isso, o feminismo foi capaz de transformar e trazer uma reflexão para a sociedade.

Miguel e Biroli (2014) evidenciam que, para as primeiras sufragistas dos Estados Unidos, a conquista do voto foi o grande Milênio para as mulheres. A baixa participação das mulheres nos espaços de poder após obter o direito ao voto indicou a necessidade de identificar “os mecanismos de exclusão mais profundos, além da restrição consignada em lei” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 8).

Um outro ponto que Miguel e Biroli (2014) revelam é que o feminismo foi um debate sistemático com outros movimentos políticos e correntes teóricas, numa nova interpretação da preferência das desigualdades de gênero e dos interesses das mulheres nas estratégias políticas.

Louro (2008) evidencia que os objetivos mais imediatos do feminismo estavam ligados aos interesses das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas em alguns países foi seguido de uma certa acomodação no movimento. Nesse contexto, Alves e Pitanguy (2003) afirmam que, no século XIX, nos Estados Unidos, a luta pela abolição da escravatura mobilizou mulheres que, até então, não haviam, em grande parte, participado da esfera política. Com isso, o feminismo negro avançou na compreensão dos mecanismos de reprodução das desigualdades, pois, para os militantes negros, a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens não correspondia às mulheres que compartilham com os homens que estão na base da pirâmide social as desvantagens decorrentes de sua posição de raça e de classe.

No Brasil, o feminismo negro possui uma grande referência de Lélia Gonzalez por diversos movimentos sociais. Lélia é vista como um ícone do feminismo negro brasileiro, tendo forte influência na América Latina e nos Estados Unidos e sendo recém-descoberta pelo feminismo europeu, especialmente o francês. Nesta perspectiva, o feminismo negro passa a ter maior representatividade (RIOS; LIMA, 2020).

De acordo com Rios e Lima (2020), os anos de 1976 a 1985 foram declarados como a Década da Mulher em uma Conferência da ONU no México. Essa Década tornou-se um marco importante para o fortalecimento do feminismo no Brasil. É quando surgem os primeiros coletivos autônomos de mulheres negras no Brasil, nos quais Lélia Gonzalez tem uma atuação marcante. Boa parte dos seus textos sobre a mulher negra foi produzida nesse período.

Gonzalez destaca, em um dos seus textos, a importância de pensar o feminismo na teoria e na prática. Justamente, por isso, o feminismo não poderia deixar de pensar as questões raciais. Portanto, era necessário que as mulheres negras enquanto coletividade marcassem suas experiências fazendo aparecer questões relacionadas aos problemas raciais e de classe, bem como aos diferentes papéis e representações sociais a partir da sua condição racial na sociedade.

Assim, o feminismo negro tem sido de fundamental importância para o desenvolvimento político do país, tanto em termos de representação como de participação, e o forte protagonismo das mulheres negras tem se fortalecido. Não à toa se multiplicaram no Brasil os coletivos e eventos que homenageiam Lélia Gonzalez. Seu pensamento e ação política guiaram muitas feministas negras a se colocar no lugar emancipatório da mulher negra.

2.2 A INFLUÊNCIA DO FEMINISMO NA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM OCUPAÇÕES TRADICIONALMENTE MASCULINAS

As mulheres cada vez mais têm buscado ocupações tradicionalmente masculinas não somente por encontrar um espaço no mercado de trabalho, mas por serem influenciadas pelas políticas públicas. Isso se deu, pelo fato de o movimento feminista levantar a bandeira da igualdade entre homens e mulheres.

De acordo com Miguel (2014), o documento mais importante do feminismo é a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, escrito por Olympe de Gouges (1748-1793), na Inglaterra. Esse documento é a transcrição da “Declaração dos direitos do homem e do cidadão” para o feminino, com alguns acréscimos significativos para as mulheres. Assim, o artigo X, que constitui a liberdade de opinião, é escrito por Gouges, garantindo que a mulher, da mesma forma que sobe o palanque, pode subir à tribuna. Já o artigo XI trata da liberdade de expressão, permitindo à mulher poder indicar o nome do pai de seus filhos, mesmo sofrendo preconceitos.

Esse trabalho de Gouges foi concretizado por Mary Wollstonecraft (1759-1797), na mesma época, na Inglaterra. Wollstonecraft é considerada a fundadora do feminismo. Sua obra mais importante foi “Uma vindicação dos direitos da mulher”, publicada em 1792.

Por outro lado, nos Estados Unidos, Elizabeth Cady Stanton (1815-1902) e Susan B. Anthony (1820-1906) foram as feministas destacadas por defenderem a abolição da escravidão. As determinações sobre a igualdade entre homens e mulheres e a luta de classes não aparecem no feminismo do século XVIII e XIX, pois as escravas não participavam da coletividade do feminismo que as sufragistas falavam. Uma outra feminista importante foi Sojourner Truth (c. 1797- 1883), que, antes de se tornar oradora política, foi escrava e empregada.

Ainda no século XIX, houve também a feminista socialista, Flora Tristan (1803-1844), mas, por conta das propostas radicais, ficou fora das correntes dominantes do sufrágio. Tristan foi uma figura pública e escritora influente em sua época, fez da mulher trabalhadora, um dos pontos centrais do socialismo utópico sobre a união operária, atrelando lutas de classes e de gênero. Mas, as obras de Marx e Engels apagaram a especificidade das questões de gênero que o feminismo sempre reivindicou, porque “tenderam a ler a dominação masculina como um subproduto da dominação burguesa” (MIGUEL, 2014, p. 22).

Na virada do século XIX para o século XX, Clara Zetkin (1857-1933), Alexandra Kollontai (1872-1952) e Emma Goldman (1869-1940) se estabeleceram no feminismo socialista.

Zetkin, líder da social-democracia e, em seguida, do comunismo alemão, foi uma das responsáveis a incluir os direitos políticos das mulheres como ponto importante na pauta do movimento operário. Logo após a Revolução Russa, Kollontai tornou-se a Primeira-Ministra e a primeira embaixadora da Europa. Já Goldman foi a primeira mulher a defender as relações homoafetivas, pois para ela o feminismo não foi capaz e libertar a mulher, apenas inseriam em um novo modo na ordem social opressiva.

O feminismo se expande na figura de Simone de Beauvoir (1908-1986), que ocupa lugar no feminismo contemporâneo. Sua influência no feminismo se deve à publicação de *O segundo sexo*, em 1949. A frase famosa de sua obra é: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Isto é, a mulher não é definida pelo seu corpo, mas pela forma que se recupera, por meio da sua relação com o mundo. Alves e Pitanguy (2003) afirmam que Simone de Beauvoir estudou a fundo o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos que sofreu durante o período de sua

socialização. A análise de Beauvoir em sua obra *O segundo sexo* constitui um marco na medida em que delinea os fundamentos da reflexão feminista, no qual ressurgiu a partir da década de 1960.

Nos Estados Unidos, nesse momento, o feminismo ganhou inserção e visibilidade inéditas, a partir de Betty Friedan (1921-2006), escritora e uma das fundadoras da National Organization of Women (NOW). Seu livro *A mística feminina* foi um grande sucesso nas editoras. Livro que aborda e analisa a infantilização a que as mulheres são submetidas, a fim de se encaixarem aos espaços que a sociedade propõe. Betty Friedan se apoia nos postulados teóricos de Beauvoir, recolhendo nos Estados Unidos vários depoimentos de mulheres de classe média que correspondiam à ideia da “rainha do lar”. Segundo Alves e Pitanguy (2003, p. 53), Betty Friedan:

Paralelamente a esses depoimentos, analisa a veiculação, pelas revistas femininas do pós-guerra, da ideologia que se oculta sob a mistificação da “feminilidade” e que propõe como realização plena da condição feminina a dedicação exclusiva à vida doméstica.

No final dos anos 1970, os primeiros passos da teoria feminista já estavam construídos. Kate Millet (1934 -2017), escritora artista, educadora e ativista feminista estadunidense, publica o livro *Política Sexual*, em que analisa historicamente as relações entre os sexos, afirmando que o patriarcalismo é um sistema universal de dominação que prevalece em todas as culturas. Millet aborda em sua obra aspectos ideológicos, biológicos, sociológicos, econômicos, antropológicos e psicológicos da condição da mulher no patriarcalismo.

Nesta mesma época, Juliet Mitchell (1940-), psicanalista e feminista socialista britânica, publica *A Condição da Mulher*. Mitchell busca formular em sua obra uma teoria que permite compreender os aspectos gerais da discriminação de sexo como também a sua especificidade nas diferentes classes sociais. Juliet Mitchell faz um

histórico dos escritos sobre a mulher, afirmando que a discriminação é caracterizada por quatro níveis: as esferas da produção, da reprodução, da sexualidade e da educação.

Nesse mesmo momento, No Brasil, Heleiet Saffiotti (1934-2010), socióloga marxista, professora, estudiosa da violência de gênero e militante feminista brasileira, publica *A mulher na sociedade de classes*. Nesta obra, a autora faz uma análise da condição da mulher no sistema capitalista, retratando a evolução histórica da condição da mulher no Brasil. Vale ressaltar que este é um trabalho pioneiro para as ciências sociais ao estudo da mulher no Brasil.

Diante da contribuição dessas feministas no decorrer da história, especificamente no Brasil, Miguel e Biroli (2014) revelam que a posição das mulheres se modificou nos últimos dez anos, o que pode ser notado, por exemplo, no ensino superior e no mercado de trabalho. Mas as desigualdades de gênero ainda se tornam aparentes quando se observa o rendimento mensal, por exemplo. O rendimento mensal médio dos trabalhadores homens é quase o dobro do das mulheres. A renda também oscila de acordo com o gênero e a raça das pessoas. Entre homens brancos e mulheres negras, a renda dos homens brancos chega a ser três vezes maior que a das mulheres negras, mas “a renda expressa também as desigualdades entre as mulheres - a renda das mulheres negras é 44% menor que a das mulheres brancas” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 10).

Não se trata somente da remuneração. Em muitos ambientes de trabalho, as mulheres são expostas a pressões e constrangimentos que não fazem parte da vivência dos homens, como o assédio sexual. Outro fator é a violência doméstica e sexual, pois “mulheres continuam sendo mortas por serem mulheres, em sua maioria por companheiros ou ex-companheiros” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 12).

Desse modo, é preciso considerar essas desigualdades para compreender por que essas mulheres continuam sendo representadas, como grupo, em todas as esferas da política brasileira.

2.3 A MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA

A participação da mulher na política foi um grande avanço do feminismo na luta pelos direitos da mulher, mas isso não é tão satisfatório quando se trata de todas as partes do mundo, pois ainda há muitas mulheres que continuam sendo marginalizadas na esfera política, uma vez que os cargos de poder na história foram ocupados por homens.

Antes de adentrar na história da mulher na política brasileira, vale ressaltar alguns pontos. O primeiro deles é que através de uma luta constante por seus direitos, as mulheres romperam o silêncio e reivindicaram sua participação na esfera pública. De acordo com Alves e Pitanguy (2003), o dia 8 de março, depois proclamado como o Dia Internacional da Mulher, faz parte desta história de luta.

No dia 8 de março de 1857, as operárias da indústria têxtil de Nova Iorque organizaram uma marcha pela cidade, protestando contra o baixo salário e reivindicando uma jornada de trabalho de 12 horas. Com isso, muitas mulheres foram violentamente reprimidas pela polícia, sendo mortas, presas e feridas. Após 51 anos, no dia 8 de março de 1908, ainda em Nova Iorque, as operárias saíram novamente na rua denunciando as mesmas condições degradantes de trabalho e reivindicando a exigência de legislação protetora de trabalho do menor e o direito voto às mulheres (ALVES; PITANGUY, 2003, p. 42).

O segundo ponto é que a maior parte do feminismo que surgiu nos anos de 1960 e 1970. A partir da década de 1980, o feminismo ganhou uma visibilidade maior, pois as estruturas sociais foram mais questionadas. Diante disso, Miguel e Biroli (2014) revelam que ter mais mulheres no poder é uma prioridade e isso permite que os limites da democracia representativa deixem de ser um problema. Ainda de acordo com os autores, vale destacar que há uma oposição dentro do próprio feminismo, pois as mudanças nas vidas de algumas mulheres, como o acesso das mulheres brancas de classe média a posições profissionais bem remuneradas, podem não ter o mesmo impacto sobre as condições de desvantagens e opressão das outras mulheres. Isto revela que algumas mulheres teriam efeito positivo sobre as outras. Por outro lado, o fato de algumas mulheres conquistarem sucesso profissional não impede que as demais continuem em condições negativas por falta de oportunidade (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Um outro ponto que deve ser destacado é que, com o levantamento que é realizado anualmente, o feminismo se mede pela porcentagem de grandes corporações femininas. É válido também destacar que a maioria das mulheres está empregada em creches para as mães trabalhadoras, e isto não é um indicador de empoderamento feminino. Do mesmo modo, vale destacar que ter mais mulheres no poder garante mais atenção aos interesses de mulheres pobres e sem capital político. Nisso, a existência de tomada de decisão política mais participativa e mais próxima da vida na sociedade, de certa forma, influenciaria bem mais na possibilidade de que elas fossem ouvidas do que a presença de muitas mulheres no poder, quase todas oriundas de posições de elite.

Assim, as prioridades dependem das posições sociais, e, se o feminismo reproduz essas prioridades, ele não abraça um projeto de transformação social (MIGUEL; BIROLI, 2014). Diante disso:

A confrontação radical das desigualdades de gênero, de uma forma que considere igualmente as diferentes posições das mulheres, parece implicar a confrontação de outras formas de desigualdade, como as de raça e de classe. Requer, portanto, a reconceitualização da democracia com base nas diferenças de gênero, mas também o compromisso com o enfrentamento das causas estruturais das diversas desigualdades. Não é preciso diluir as especificidades das formas de opressão existentes em dada sociedade, mas reconhecer que o foco no indivíduo ou nos ganhos restritos de um grupo (como as mulheres brancas, de classe média e profissionalizadas) pode ofuscar as causas estruturais das desvantagens de muitos indivíduos e grupos em posição subalterna (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 148-149).

Neste sentido, o feminismo se vê dividido entre dois caminhos: o de maior enfrentamento e o de maior ou menor sensibilidade à multiplicidade de formas de opressão vividas pelas mulheres, de acordo com a posição social que elas ocupam. Assim, a desigualdade de gênero pode levar a uma reconfiguração da democracia, fazendo com que ela corresponda à promoção da igualdade entre os indivíduos e das condições para o exercício da autonomia de cada um.

Ainda de acordo com Miguel e Biroli (2014, p. 154), existe “o acúmulo das vantagens que ampliam a autonomia e o bem-estar de algumas pessoas, mas no mesmo movimento reduzem a autonomia e o bem-estar de outras”. Neste sentido, podemos exemplificar a divisão sexual do trabalho, que tem relação direta com as desvantagens sociais das mulheres, que muitas das vezes atingem de maneira diferente as mulheres de classe média e as mulheres pobres.

O feminismo veio para mostrar isso. Veio para mostrar que os diferentes padrões de discriminação não estão apenas sobrepostos, mas entrelaçam e produzem novos padrões (MIGUEL; BIROLI, 2014).

A política do feminismo “deslocou a compreensão do que é justiça, democracia, autonomia, identidade e fez isso motivada por uma compreensão profundamente crítica das instituições vigentes e das relações que elas fomentam” (MIGUEL; BIROLI, 2014). É esse olhar crítico e transformador que produziu o melhor feminismo como movimento social e como teoria política.

Dando continuidade a esse movimento no Brasil, em 1927, por meio do Presidente do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, este Estado incluiu em sua Constituição, um artigo que permitiu o exercício do voto às mulheres. A partir daí intensificou-se a mobilização das mulheres em todo o país, requerendo seu alistamento eleitoral. Por fim, em 1932, Getúlio Vargas promulga por lei o direito de sufrágio às mulheres, no qual já era exercido em dez estados brasileiros.

Vale ressaltar que as décadas de 1930 e 1940 representam um período que as reivindicações das mulheres foram atendidas. As mulheres podiam votar e ser votadas, ingressar nas instituições escolares e participar do mercado de trabalho. Tanto o sistema social político (capitalista e socialista) tinham absorvido estas conquistas, que implicam no reconhecimento de sua cidadania.

A partir da década de 1960, o feminismo incorpora outras frentes de lutas. Essa década caracterizou-se pela intensa mobilização na luta contra o colonialismo, a discriminação racial, os direitos das minorias e as reivindicações estudantis.

Nos anos 1970, o feminismo se firma como uma força política com enorme potencial de transformação social. Mas é só nos anos 1990, a partir das conferências internacionais no Cairo, em 1994, e em Beijing, em 1995, que houve um marco no

reconhecimento dos direitos à equidade de gênero, marcando uma mudança na agenda do movimento feminista, quando se passa a desenvolver ações voltadas para o desenvolvimento de políticas públicas de gênero. Nessas conferências, foi alterado o perfil dos quadros políticos das mulheres, implementando as cotas de gênero na política.

Os avanços nessas conferências trouxeram também mudanças no discurso e ativismo político conservador, especificamente, na linguagem utilizada para a saúde sexual e direitos reprodutivos. Neste sentido, o uso do termo 'gênero' passou a ser fortemente atacado, afirmando-se que a presença desse termo continha um interesse oculto em acabar com a família tradicional.

Esse panorama linguístico em torno do termo 'gênero', nos anos 1990, confirma processos que estão em vigor ainda nos dias atuais, a partir da chave "ideologia de gênero", trazendo consequência para a vida das mulheres, a partir do enfrentamento sobre a discussão de gênero que implica em destruição a ordem social. Por isso, a necessidade de se estudar a trajetória do feminismo e suas conquistas, de maneira a reinterpretar a história.

Diante disso, houve grande repercussão internacional que influenciou diversos países. Isso se deu a partir da crítica feminista sobre a subordinação do espaço privado da mulher. Esse foi um grande avanço, mas ainda é muito limitado, pois quase 20 anos após a implementação das cotas o lugar da mulher na política ainda não é satisfatório (COELHO; VOLOTÃO, 2020). Por outro lado, Miguel (2014) relata que o percentual de cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara de Deputados é bem pequeno, permanecendo inferior a 10% em relação aos homens. Na política local, as mulheres ocupam cerca de 12% das cadeiras nas Câmaras de Vereadores e não ultrapassam os 10% no cargo de prefeitas.

Corroborando com Costa e Gonçalves (2021), a baixa participação da mulher no poder vem de leis discriminatórias e, por vezes, de práticas discursivas que produzem estereótipos sobre o gênero feminino. Ainda de acordo com os autores, a lei eleitoral obriga que os partidos políticos tenham cota para mulheres, para aumentar a representação feminina na política. O problema é que as vagas para as mulheres muitas vezes são preenchidas apenas para atender as cotas, e não a inclusão de mulheres na política.

Gitirana e Kreuz (2020) evidenciam que a inserção de cotas para as mulheres se estabelece pela Lei nº 12.034/09, que discute sobre a necessidade de ampliação da representação da figura feminina, sendo 30% de cotas destinadas para as mulheres e 70% para cada sexo. A Lei 12.034/09 é muito importante na busca da equidade de gênero na política brasileira, pois estabeleceu algumas regras que deveriam ser adotadas pelos partidos políticos, no sentido de aumentar a participação das mulheres nos cargos políticos.

Sabemos que a luta feminina ganhou força por conta do movimento sufragista no século XIX. Nessa época, as mulheres conseguiram o direito ao voto, só que a maioria das mulheres são eleitoras brasileiras, mas na política ainda são minoria desde a conquista do direito ao voto à ocupação de cargos de poder. Desse modo, o partido que não conseguir o número de candidatos homens e mulheres suficientes, de acordo com a cota eleitoral de gênero, não poderá preencher com candidatos de um sexo as vagas destinadas ao sexo oposto, o que representa um ganho para as mulheres na política (OLIVEIRA, 2014).

Alves e Pitanguy (2003) ressaltam que no Brasil o voto feminino não teve as mesmas características de movimento de massas, como aconteceu nos Estados Unidos e na Inglaterra. No Brasil, iniciou-se em 1910, bem mais tarde, quando a

professora Deolinda Daltro fundou, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino, com o intuito de restabelecer no Congresso Nacional o debate sobre o voto da mulher, que não havia sido retomado em 1891 na Assembleia Constituinte.

Ainda de acordo com Alves e Pitanguy (2003), em 1919, Bertha Lutz funda a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, posteriormente denominada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como estratégia pressionar os membros do Congresso e divulgar suas atividades pela Imprensa, para a mobilização da opinião pública.

Em síntese, as frentes de luta do movimento feministas variam de acordo com o movimento histórico e as características socioeconômicas e políticas de cada país. Desse modo, o movimento de direito ao voto das mulheres foi um movimento feminista, por denunciar a exclusão da mulher da possibilidade de votar. Uma vez atingido seu objetivo, essa luta de classes estava fadada a desaparecer. Entretanto, a luta das mulheres prossegue, incorporando outros aspectos que configuram a condição social da mulher.

2.4 O FEMINISMO SOB A PERSPECTIVA ANTIFEMINISTA

No final do século XX, a representação das mulheres no poder tornou-se uma prioridade na agenda feminista. No Brasil, essa mudança corresponde ao processo de redemocratização. A partir dos anos finais do regime militar, foram criados conselhos estaduais dos direitos das mulheres, sobretudo nos estados governados pelos partidos que não se alinhavam a ditadura. Posteriormente, no início do novo governo civil, surgiram as delegacias policiais para atender as mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (MIGUEL, 2014).

Com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, logo em seguida com *status* de Ministério da Mulher, grandes avanços aconteceram. Avanços que marcam vitórias de um movimento feminista que se ocupava em fazer o Estado trabalhar na igualdade de gênero.

As eleições em 2018 mostraram novos rumos para esse Ministério. Com o processo de reorganização do Ministério, novas pastas foram criadas e, com isso, no período de 2019 a 2022, as conquistas do movimento feminista foram ameaçadas no Brasil, pois o Ministério da Mulher viveu um retrocesso por parte do governo federal. Nisso, o Brasil não viveu o avanço do feminismo como em alguns países como a Colômbia e o México, por exemplo, onde existe a paridade de gênero na política (COSTA, 2022).

Ao invés de novas conquistas, o Brasil viveu o aumento de violência contra a mulher, a desarticulação de secretarias da mulher e vários ataques contra os projetos progressistas. Mas, mesmo sendo minorizadas, as mulheres foram capazes de romper os retrocessos na sociedade.

Costa (2022) revela que, entre 2014 e 2020, enquanto pesquisava sobre inovação política na América Latina para o Instituto Update, do qual foi cofundadora, ela viu como o feminismo era o único movimento ativo em toda a região da América Latina. A autora ainda acrescenta que esse estudo se desdobrou na série de nome *Eleitas: mulheres na política*, transmitida em três episódios pelo canal Quebrando o Tabu no Youtube².

O sucesso de *Eleitas*, com mais de 5 milhões de visualizações no Youtube, trouxe uma questão importante: “Como as mulheres que se reivindicam

² *ELEITAS - Paridade: mais mulheres na política*, disponível em: https://youtu.be/_gA4Sm1a01Q. *ELEITAS - Violência Política de Gênero*, disponível em: <https://youtu.be/ByyeSfF2SgA>. *ELEITAS - Mudança Cultural*, disponível em: https://youtu.be/hXBq_6XZLUg.

conservadoras, expoentes de uma cultura moralista, entenderiam esses movimentos que sacudiram a América Latina?” (COSTA, 2022, p.15).

Essa dúvida levou a uma pesquisa qualitativa exploratória intitulada “Conservadorismo, gênero e feminismo”, pelo Instituto Idea Big Data, com análise de Esther Solano e Camila Rocha, na qual a série *Eleitas* foi exibida a um grupo de mulheres, que tinham como referências de liderança feminista a ministra Damares Alves e a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Todas as duas seriam modelos de mulher por causa do exercício de seus papéis como mães e esposas na política. O resultado da pesquisa mostrou que as mulheres que se afirmam conservadoras também se consideravam feministas, mas faziam uma ressalva importante: “[...] feministas, sim (quando se tratava de igualdade salarial e divisão do trabalho doméstico), mas “ativistas” (para elas, mulheres que saem às ruas, protestam e “mostramos seios”) não” (COSTA, 2022, p.16).

É evidente que a baixa representação das mulheres no poder indica uma desigualdade de gênero no sistema político, mas não se pode esquecer que por si só a maior parte dos integrantes de grupos conservadores no poder não eliminará nem diminuirá de maneira significativa a desigualdade política (MIGUEL, 2014). Assim, os interesses do grupo dominante são apresentados como interesses universais, estabelecendo-se por meio de discursos que reproduzem concepções conservadoras sobre a sociedade, nas quais a “moral e os bons costumes” são destaques. E é na base dessa ideologia conservadora que os discursos antifeministas constroem sua identidade e disputam sentidos com os discursos feministas alinhados às lutas das mulheres por direitos e contra a exploração do patriarcado.

Diante do resultado dessa pesquisa, podemos dizer que há uma mudança cultural acontecendo dentro do feminismo. E essa confusão de conceitos se revela

uma estratégia política, pois o termo “feminismo” pode ser apagado por algum grupo político que defenda não pelo avanço, mas pelo fim dos direitos das mulheres trazendo enormes retrocessos.

Apesar de grandes conquistas do feminismo, grupos antifeministas disseminam discursos contrários ao feminismo e as suas lutas. São discursos que reúnem uma variedade de dizeres, inscritos em diferentes formações discursivas que ressignificam os sentidos sobre o que é a luta das mulheres por direitos.

Dessa forma, as militantes são estereotipadas como feias, que odeiam os homens e a família, ou são indecentes e hiper-sexualizadas. E, no Brasil, um país conservador segundo o discurso antifeminista, mostrar essa imagem faz parte da estratégia de quem pretende deslegitimar a luta por igualdade e direitos das mulheres.

De acordo com Miguel (2014):

Apesar dos avanços da presença das mulheres na política nas últimas décadas, o discurso político dela continua carregando os signos de sua subalternidade social. A associação convencional entre a mulher e o cuidado repercute fortemente na ação do campo político, fazendo com que elas se dirijam de maneira prioritária para questões vinculadas a assistência social, família ou educação (MIGUEL, 2014, p. 106).

E ainda de acordo com a Costa (2022):

A questão da equidade de gênero na política brasileira, por óbvio, está amplamente inserida nesse poço de contradições classificado como opinião pública. Uma participação maior de mulheres na política traz reconhecidos ganhos no que tange à diversidade em representação de interesses e conta com evidências de aumento na alocação de recursos em programas sociais que focam a ampliação de cuidados saúde e programas educacionais (COSTA, 2022, p. 76).

Nesse contexto, alguns pontos são importantes e merecem não somente atenção da classe política, mas maior pressão da sociedade. A inclusão de mais mulheres na política, a busca de salários mais equitativos e, sobretudo, a urgência do combate à violência contra a mulher é muito importante, mas não guarda uma relação necessária como uma maior pauta do feminismo. Desse modo, mostra-se a relevância de “investigar a relação entre a presença de mulheres no poder e a ‘representação substantiva’ dos interesses delas, isto é, se as mulheres buscam e são capazes de promover as questões das mulheres” (MIGUEL, 2014, p. 107).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANALÍTICOS DA PESQUISA

*A pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.
(Marconi e Lakatos)*

3.1 NATUREZA DA PESQUISA

Com o intuito de realizar uma análise focalizada nos processos de identificação discursiva das mulheres Ministras no Ministério da Mulher, a partir do exame dos discursos-outros, observando as relações com os discursos de defesa dos direitos das mulheres, propomos uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico aliado ao método documental.

Conforme Bogdan e Biklen (1994, p.11), a pesquisa qualitativa consiste em “uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais”.

A característica da pesquisa documental é que “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas quando o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 157).

Sobre a pesquisa bibliográfica, ressaltamos que o principal objetivo da pesquisa bibliográfica é dar aos pesquisadores o contato direto com o documento do tema em estudo. O essencial é ter firmeza nas fontes a serem pesquisadas, assegurando que essas fontes são reconhecidas pelo domínio científico (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Assim, o levantamento bibliográfico foi feito em duas frentes: 1) estudos sobre o feminismo, as mulheres na política e as mulheres ocupantes de cargo de Ministras de Estado; 2) estudos sobre a análise do discurso e as categorias de análise mobilizadas no exame dos discursos das Ministras.

Para isso, recorreremos a referências bibliográficas, tais como livros, artigos, dissertações e teses pesquisadas a partir das disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e com base no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes, bem como no Google Acadêmico.

Ao considerar os discursos políticos que integram o *corpus*, podemos observar quais elementos discursivos somados às contribuições teóricas poderiam auxiliar a identificar as modalidades de tomada de posição do sujeito presentes nos pronunciamentos das Ministras Maria do Rosário e Damares Alves.

3.2 CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Inicialmente, discorreremos sobre a constituição do Ministério da Mulher relacionando-o ao período histórico da política brasileira. Em seguida, mencionamos todos os Ministros (Quadro 1), para que fique registrado que a primeira Ministra mulher foi nomeada apenas no governo Dilma Rousseff (primeira mulher a ocupar a Presidência da República do Brasil). Posteriormente, fizemos um panorama geral dos pronunciamentos das Ministras.

No ano de 1997, foi instituído no Brasil, pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministério responsável pela defesa dos direitos das mulheres e garantia dos direitos de todas elas. Ainda no ano de 1997, o Ministério das Mulheres era

denominado “Secretaria de Direitos Humanos da República” e em outros mandatos de “Secretaria Especial de Direitos Humanos”.

Em 2015, a pasta dos “Direitos Humanos” passou por uma reforma, sendo unificada com as secretarias de “Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres” pela presidente Dilma Rousseff, formando o “Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos”.

Em 2016, o Ministério das Mulheres da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos é extinto, após o *impeachment* da presidenta Dilma e posse de Michel Temer, presidente interino. E, em 2017, Michel Temer recriou a pasta do Ministério das Mulheres da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, com o nome de Ministério de Direitos Humanos.

Em 2019, com a posse do presidente Jair Bolsonaro, surge o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Vale ressaltar que o Ministério da Mulher é composto de diversas secretarias, tais como: Secretaria Executiva; Secretaria Nacional da Família; Secretaria Nacional da Juventude; Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres; Secretaria Nacional de Promoção e defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; Secretaria de Proteção Global; Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Essas secretarias possuem atendimento a grupos distintos, possuindo o mesmo objetivo, promover os direitos humanos.

Quadro 1 – Panorama histórico do Ministério da Mulher

| NOME | ANO | GOVERNO | SECRETARIA/MINISTÉRIO |
|-------------------------|-----------|---------------------------|---|
| José Gregori | 1997-2000 | Fernando Henrique Cardoso | Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República |
| Gilberto Vergne Saboia | 2000-2001 | Fernando Henrique Cardoso | Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República |
| Paulo Sérgio Pinheiro | 2001-2003 | Fernando Henrique Cardoso | Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República |
| Nilmário Miranda | 2003-2005 | Luiz Inácio Lula da Silva | Secretaria Especial de Direitos Humanos |
| Mário Mamede Filho | 2005-2006 | Luiz Inácio Lula da Silva | Secretaria Especial de Direitos Humanos |
| Paulo de Tarso Vannuchi | 2006-2011 | Luiz Inácio Lula da Silva | Secretaria Especial de Direitos Humanos |
| Maria do Rosário | 2011-2014 | Dilma Rousseff | Secretaria de Direitos Humanos do Brasil |
| Ideli Salvati | 2014-2015 | Dilma Rousseff | Secretaria dos Direitos Humanos do Brasil |
| Pepe Vargas | 2015-2015 | Dilma Rousseff | Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República |
| Nilma Lino Gomes | 2015-2015 | Dilma Rousseff | Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do Brasil / Ministério das Mulheres da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos |
| Luislinda Valois | 2017-2018 | Michel Temer | Ministério dos Direitos Humanos do Brasil |
| Gustavo do Vale Rocha | 2018-2018 | Michel Temer | Ministério dos Direitos Humanos do Brasil |
| Dameres Alves | 2019-2022 | Jair Bolsonaro | Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos |

Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Wikipédia.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_da_Mulher,_da_Fam%C3%ADlia_e_dos_Direitos_Humanos. Acesso em: 28 de setembro de 2021.

A seguir, apresentamos a biografia das mulheres que foram titulares das pastas relativas ao atual Ministério da Mulher: Maria do Rosário Nunes (2011-2014); Ideli Salvati (2014-2015); Nilma Lino Gomes (2015-2016); Luislinda Dias de Valois Santos (2017-2018); Dameres Alves (2019-2022).

Maria do Rosário Nunes nasceu em Veranópolis, Rio Grande do Sul, em 22 de novembro de 1966. Maria do Rosário é professora e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e é reconhecida pelo seu trabalho como defensora dos direitos humanos. Maria do Rosário Nunes foi Ministra do Ministério da Mulher, na pasta denominada “Secretaria Especial de Direitos Humanos”, no período de 1º de janeiro de 2011 até 1º de abril de 2014, no governo Dilma Rousseff.

Ideli Salvatti nasceu em São Paulo no dia 19 de março de 1970. Ideli é professora de física aposentada e política brasileira, filiada ao partido dos Trabalhadores (PT). Foi Ministra no Ministério da Mulher, na pasta denominada “Secretaria dos Direitos Humanos”, no período de 10 de junho de 2014 até de 16 de abril de 2015, no governo Dilma Rousseff.

Nilma Lino Gomes nasceu Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 13 de março de 1961. Nilma é uma pedagoga brasileira e primeira mulher negra do Brasil a comandar uma universidade pública federal, ao ser nomeada como reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no ano de 2013. Foi Ministra no Ministério da Mulher, na pasta denominada “Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos”, até o dia do afastamento da presidenta Dilma Rousseff pelo Senado Federal, no período de 02 de outubro de 2015 até 12 de maio de 2016.

Luislinda Dias de Valois Santos nasceu em Salvador, Bahia, no dia 20 de janeiro de 1942. Luislinda é uma jurista, magistrada e política brasileira. É desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA). Foi Ministra no Ministério da Mulher, na pasta denominada “Direitos Humanos do Brasil”, no período de 03 de fevereiro de 2017 até 19 de fevereiro de 2018, no governo Michel Temer.

Dameres Alves nasceu em Paranaguá, Paraná, no dia 11 de março de 1964. Dameres é advogada, pastora evangélica e política filiada ao Partido Republicanos. Foi Ministra no Ministério da Mulher, na pasta denominada “Mulher, da Família e dos Direitos Humanos”, no período de 1º de janeiro de 2019 até 31 de março de 2022, no governo Jair Bolsonaro.

Para efeito de constituição do *corpus*, devemos ressaltar que não encontramos os discursos de posse da ex-Ministra Nilma Lino Gomes, da ex-Ministra Ideli Salvatti e da ex-Ministra Luislinda Valois. Para isso, enviamos um e-mail para o Ministério das Mulheres, afim de encontrar esses discursos, mas não tivemos êxito. O discurso da ex-Ministra Maria do Rosário foi encontrado de fácil acesso em notas taquigráficas no site do Governo Federal do Brasil. Por sua vez, o discurso da ex-Ministra Dameres Alves não foi encontrado no site do Governo Federal, encontramos sua posse na cerimônia de transmissão de cargos no Youtube e, para a realização dessa pesquisa, tivemos que transcrever o vídeo.

Desse modo, selecionamos os discursos de posse das ex-Ministras Maria do Rosário Nunes (2011) e Dameres Alves (2019), para constituição do *corpus* da pesquisa, conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Discursos selecionados para o corpus da pesquisa

| Discurso 1: Maria do Rosário Nunes | Discurso 2: Dameres Alves |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Data: 03 de janeiro de 2011 • Local: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – Brasília. Governo: Dilma Rousseff • Formato do arquivo: PDF na íntegra, disponível em nosso Anexo 1 • Fonte: Governo Federal do Brasil (2014) | <ul style="list-style-type: none"> • Data: 15 de janeiro de 2019 • Local: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos -Brasília. • Governo: Jair Bolsonaro • Formato do arquivo: vídeo no YouTube transcrito e disponível em nosso Anexo 2 • Fonte: TV BRASILGOV (2019) |

Como categoria de análise, elegemos as modalidades de tomada de posição do sujeito (identificação, contra-identificação e desidentificação) perante a Formação Discursiva feminista, entendida como uma Formação Discursiva de luta pelos direitos das mulheres, o que, conseqüentemente, convoca o exame do discurso-outro, ou seja, os discursos-outros que atravessam e constituem os discursos de cada Ministra empossada no Ministério da Mulher.

Para indagar de que maneira esses discursos-outros revelam as tomadas de posição de cada ministra e, conseqüentemente, as modalidades de tomada de posição identidade discursiva de cada sujeito, elaboramos o Quadro 3 para sintetizar a metodologia de análise do *corpus*.

Quadro 3 – Quadro-síntese da metodologia de análise

| | |
|---|---|
| O que analisar? | O processo de identificação dos sujeitos Maria do Rosário e Damares Alves |
| Como analisar? | Mobilizar os conceitos que inscrevem os traços do interdiscurso, para compreender as modalidades de tomada de posição desses sujeitos perante a Formação Discursiva feminista (ou de luta pelo direito das mulheres), que podem ser: <ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação com a FD feminista 2. Contra-identificação com a FD feminista 3. Desidentificação com a FD feminista |
| Quais são os elementos do interdiscurso? | pré-construído Diremos, então, que o “pré-construído” corresponde ao “sempre já aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade [...] (PÊCHEUX, 1997, p. 164 ou 2014, p. 151) |
| | discurso-transverso [...] ao passo que a “articulação” <i>constitui o sujeito em sua relação com o sentido</i> , aquilo que <i>determina a dominação da forma-sujeito</i> . (PÊCHEUX, 1997, p. 164 ou 2014, p. 151) [...] o que chamamos anteriormente “articulação” (ou processo de sustentação) está em relação direta com o que acabamos agora de caracterizar sob o nome de discurso-transverso [...]. (PÊCHEUX, 1997, p. 166 ou 2014, p. 153) |

Fonte: elaboração da autora

3.3 ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE DE MARIA DO ROSÁRIO

No dia 3 de janeiro de 2011, Maria do Rosário Nunes tomou posse no cargo de Ministra na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria criada pelo governo de Dilma Rousseff, que substituiu a Secretaria Especial de Direitos Humanos da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva.

Sabemos que a luta das mulheres por seus direitos é de longos anos e marcada por inúmeras manifestações e reivindicações. Mesmo com muitos direitos conquistados, ainda hoje, a imagem da mulher é “reconstituída” enquanto sujeito histórico, pois as mulheres ainda seguem na luta por igualdade de direitos em relação aos homens (BACHI, 2022).

Em 2011, o Brasil passa por um momento de transição política em que pela primeira vez uma mulher ocupa o cargo de Presidente da República e também o lugar de ministra no Ministério da Mulher (responsável pela defesa e direitos das mulheres). Isso foi algo histórico e muito importante para as mulheres da sociedade, porque ter uma mulher que represente outras mulheres em um órgão instituído para elas representa uma conquista obtida por meio das lutas e um marco na trajetória das mulheres no Brasil e no mundo.

Um ponto importante para esta pesquisa é o fato de a ministra, em seu discurso de posse, assumir um posicionamento que condiz com a luta dos direitos humanos (o que inclui as mulheres) ao longo dos anos. É diante desse contexto que vamos nos debruçar nesta análise.

Como vimos em momento anterior, ao ser interpelado em sujeito, o indivíduo assume uma posição sujeito que o determina. Desse modo, é preciso pensarmos quais são as diferentes posições do sujeito assumida pela ministra Maria do Rosário em relação aos sentidos produzidos em seu discurso.

De modo geral, podemos dizer que o discurso de posse da Ministra Maria do Rosário constitui-se pela relação de oposição entre a identificação com a Formação Discursiva da inclusão dos direitos humanos e a contraidentificação com a Formação Discursiva da exclusão dos direitos humanos, materializando a heterogeneidade da Formação Discursiva. O discurso de Maria do Rosário materializa a luta entre a inclusão e a exclusão dos direitos humanos, reproduzindo, basicamente, estes três discursos:

1. A passagem de um período de direitos já conquistados e a conquistar;
2. A luta incansável (“não descansaremos”) pela inclusão dos direitos à infância, segurança, convívio familiar, acessibilidade, envelhecimento saudável, igualdade de direitos civis de LGBTQIA+, penal, credo religioso;
3. A consolidação da inclusão de grande contingente populacional a direitos econômicos e sociais básicos.

De modo mais detalhado, podemos observar os enunciados que reproduzem esses três discursos em seu pronunciamento de posse.

1) O discurso da Ministra materializa a historicidade da passagem do governo Lula para o governo Dilma como um período de direitos já conquistados e a conquistar:

Esse início de 2011 ficará registrado na memória do povo brasileiro pela singular **transição** entre os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidenta Dilma Rousseff.

O Brasil, que escolheu um projeto de desenvolvimento nacional e fortalecimento da democracia com Lula, decidiu **continuar** as mudanças que ele implementou e avançar **ainda mais, agora** com a primeira mulher no mais alto posto da República.

E assim como a nossa presidenta, não descansaremos, pois **ainda** que muito tenhamos avançado no Brasil nos anos atuais, assegurando direitos e enfrentando vulnerabilidade de amplos contingentes populacionais, o país **ainda** está marcado pelas disparidades regionais, pela violência e pela exploração.

Ao observarmos os trechos destacados em negrito, é possível afirmamos que a Ministra pretende dar continuidade e não romper o fortalecimento da democracia do governo Lula. O que se percebe, portanto, nestes trechos é que a Ministra se identifica com os saberes igualitários da Formação Discursiva FD do PT, pois seu discurso é caracterizado pelas marcas estilísticas que se constituem na relação da linguagem com as condições de produção desse partido, que busca mudar e melhorar as condições de vida de um país desigual com maior objetivo conquistar o seu lugar dentro de um modelo político democrático.

2) O discurso da Ministra materializa a luta incansável (marcada pela repetição de “não descansaremos”) pela inclusão dos seguintes direitos humanos: infância, segurança, convívio familiar, acessibilidade, envelhecimento saudável, igualdade de direitos civis de LGBTQIA+, penal, credo religioso:

E assim como a nossa presidenta, **não descansaremos**, pois **ainda** que muito tenhamos avançado no Brasil nos anos atuais [inclusão], assegurando direitos e enfrentando vulnerabilidade de amplos contingentes populacionais, o país **ainda** está marcado pelas disparidades regionais, pela violência e pela exploração [exclusão].

[...] **não descansaremos** diante das situações de violências contra as crianças e adolescentes brasileiros, diante da exploração sexual de meninas e meninos, da transformação de seus corpos em produto [...]

Não descansaremos enquanto as crianças estiverem nas ruas, mas

também não descansaremos enquanto estiverem a espera de uma família que não chega, dentro de um programa de acolhimento institucional, tendo negado seu direito a convivência familiar e comunitária.

Não descansaremos enquanto não produzirmos mudanças capazes de assegurar um Brasil acessível para todos, o que significa reconhecer e realizar os direitos de 24 milhões de brasileiros e brasileiras com deficiência.

Não descansaremos diante do preconceito, da discriminação e violação de direitos fundamentais vivenciados pelos idosos e idosas [...]

Não descansaremos diante da intolerância, base para os crimes de ódio praticados contra os homossexuais [...]

[...] **não poderemos descansar enquanto** a tortura permanecer como prática institucionalizada em instituições fechadas [...]

Diante da discriminação sofrida por alguém, ferindo sua liberdade de credo e culto, ou sua liberdade de definir-se sem credos, sem cultos. A política de Direitos Humanos **deve ser** articulada [...]

De acordo com as expressões destacadas nos enunciados em análise, podemos observar uma luta incansável entre a inclusão e a exclusão dos direitos humanos. O discurso da Ministra faz a defesa dos direitos humanos e, ao mesmo tempo, denuncia os malefícios da exclusão dos direitos humanos. Isso retoma o que Miguel (2014) nos afirma: “Ignorar essas questões implica manter a estrutura de desigualdades dentro do grupo das mulheres, silenciando as vozes das negras, das trabalhadoras ou das lésbicas, que permanecem sem presença nos espaços decisórios” (MIGUEL, 2014, p. 102).

Ainda de acordo com Miguel (2014):

Um problema de resolução particularmente difícil é a definição de quais grupos sociais devem ser beneficiados por políticas de ações afirmativas. Se mulheres precisam estar presentes no Poder Legislativo, por que não trabalhadores, negros, indígenas, gays, pessoas com deficiência e integrantes de grupos religiosos minoritários? (MIGUEL, 2014, p. 99).

De acordo com o autor, todos os grupos supracitados respondem ao critério de que as ações reparadoras são merecidas pelos grupos que sofreram exclusão e/ou violência patrocinadas pelo Estado.

Nas materialidades analisadas, podemos ainda afirmar que mesmo tentando denunciar os malefícios dos Direitos Humanos e suas nuances, eles se fazem presentes de forma explícita no discurso da ministra. Isso se dá por meio do entrelaçamento de sentidos que estão no interdiscurso, e que ao serem necessário no discurso da Ministra, irrompem, mas não são mais os mesmos, são outros.

Por esse motivo, quando afirmamos que o discurso de posse da ministra Maria do Rosário se contraidentifica com a Formação Discursiva da exclusão dos direitos humanos e sua forma-sujeito, estamos dizendo que esse discurso está assumindo uma nova posição discursiva e provocando uma nova forma de enunciar os sentidos da FD colocada em questão. Vale ressaltar que esse discurso não se rompe com dada FD e sua forma-sujeito, o seu funcionamento acontece pelo viés de estranhamento. Nesse processo, a ministra mostra certa resistência aos saberes da FD discursiva dominante, mas não se identifica. Nisso, o discurso da ministra Maria do Rosário, ao se contraidentificar com os malefícios dos Direitos Humanos, ele não se repete, mas se movimenta. E nisso, esse discurso está no interdiscurso, mas não são os mesmos, ele reivindica para si outro lugar sob novas formações discursivas.

3) O discurso da Ministra materializa as conquistas consolidadas pela luta a favor dos direitos humanos:

Nosso país **consolida-se** como nação democrática no qual política de Direitos Humanos é política de Estado construída em interlocução direta com a sociedade [...]

Na base conceitual das iniciativas políticas realizadas no período de governo do presidente Lula, uma mudança significativa **foi processada**, [...]

[...] com Lula, o crescimento em índices relevantes do PIB não apenas **assegurou a inclusão** de milhões de pessoas, mas **foi conquistado pela inclusão** desse contingente populacional a direitos econômicos e sociais básicos.

Estão lançadas as bases para que os Direitos Humanos no país sejam amplamente considerados como Direitos Civis, Políticos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

Está consolidada também a compreensão da importância da participação da sociedade civil na construção da política de Direitos Humanos [...]

[...] **inauguram** uma nova era, onde **afirma-se** o compromisso deste com os Direitos Humanos e o enfrentamento de qualquer violação [...]

Ao observarmos os verbos destacados em negrito, percebemos que esses elementos deixam entrever a interdiscursividade, ou seja, por meio do interdiscurso, podemos remeter esses verbos a toda uma Memória Discursiva que retoma o passado. Assim, formula-se a ideia de que o discurso da Ministra Maria do Rosário não se apresenta pronto e nem acabado. É por meio da Memória Discursiva que esses

saberes ganham sentido, mas esse sentido deve ser pensando como um acontecimento inscrito no espaço da memória.

Nesse contexto, pode-se observar também que a identidade discursiva do pronunciamento de posse de Maria do Rosário na Secretaria de Direitos Humanos em 2011 atualiza a memória discursiva da luta das mulheres por direitos e deslizam para o discurso feminista os sentidos de *direitos à infância, segurança, convívio familiar, acessibilidade, envelhecimento saudável, igualdade de direitos civis de LGBTQIA+, penal, credo religioso*, uma vez que ao mesmo tempo que a ministra defende os direitos humanos, ela ataca quem ataca os Direitos Humanos.

É possível observar aí um deslizamento entre essas duas atitudes que nos permitem atribuir a Ministra Maria do Rosário uma posição de identificação e de contraidentificação. Isso significa que a ministra em seu discurso se identifica com os defensores dos Direitos Humanos e se contraidentifica com os detratores dos Direitos Humanos.

Assim, podemos ressaltar que os efeitos de sentidos gerados a partir da inclusão dos direitos humanos e na exclusão dos direitos humanos, mais especificamente na interpelação ideológica do sujeito, filiam-se a uma dada Formação Discursiva que permite identificar o discurso da ministra Maria do Rosário por outros discursos.

Diremos, então, que o “pré-construído” corresponde ao “sempre já aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade [...] (PÊCHEUX, 2014 [1975]).

Nesse sentido, é preciso considerar aqui quais são os elementos do interdiscurso no discurso de posse da ministra. Na sequência, temos outros trechos que compõem a primeira e a segunda parte do pronunciamento de Maria do Rosário. O primeiro trecho trata-se de uma oração explicativa construída como evidência

ideológica, cujos sentidos apontam para a inclusão dos direitos humanos vinculados aos direitos conquistados, ao entendimento das necessidades básicas, à inclusão de pessoas nos Direitos Humanos e à busca dos direitos que ainda não foram conquistados na passagem do governo Lula para o governo Dilma Rousseff:

O Brasil, **que escolheu um projeto de desenvolvimento nacional e fortalecimento da democracia com Lula**, decidiu **continuar as mudanças** que ele implementou e avançar ainda mais, agora com a primeira mulher no mais alto posto da República.

O outro trecho reafirma o pré-construído que sustenta essa posição a partir de discursos já-ditos que demonstram esse lugar de luta por direitos já conquistados no governo anterior e que não deveriam ser ignorados atualmente:

Na base conceitual das iniciativas políticas realizadas no período de governo do presidente Lula, **uma mudança significativa foi processada**, ao produzir-se um projeto de desenvolvimento nacional onde não mais as questões da economia foram autonomizadas, diante das necessidades e dos direitos sociais dos brasileiros e brasileiras: **com Lula**, o crescimento em índice relevantes do PIB não apenas assegurou a inclusão de milhões de pessoas, mas foi conquistado pela inclusão desse contingente populacional a direitos econômicos básicos.

Esse pré-construído no enunciado supracitado revela que ao mesmo tempo trata-se de um discurso transversal. Assim, nesse enunciado há elementos que advêm do interdiscurso via Formação Discursiva e tomada de posição do sujeito, materializando o pré-construído, ou seja, o que já foi dito existe anteriormente pelo presidente Lula, e que é retomado pela ministra Maria do Rosário.

Através das afirmações enunciadas,, é possível observar que Maria do Rosário não é só uma ministra que defende as mulheres, mas uma ministra que inclui as

mulheres nas outras secretarias³, reproduzindo em seu discurso o sentido de justiça, ou seja, de uma luta que leve em consideração a equidade das pessoas nos Direitos Humanos e que vise à concretização dessa luta.

Em síntese, podemos concluir que o discurso de posse da Ministra Maria do Rosário dá voz a um discurso que se identifica com a forma-sujeito que enuncia e que pertence a uma Formação Discursiva, isto é, o discurso da Ministra Rosário reproduz esse lugar de luta por direitos já conquistados e que não devem ser ignorados, tampouco como algo que precisa dar continuidade.

³ Maria do Rosário: “Mas não faremos nada sozinhos. Tenho a plena consciência que o trabalho só funciona efetivamente quando somamos esforços. Quero manter um diálogo permanente e uma parceria com os ministérios, em especial com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial e a Secretaria Nacional de Juventude, para que atuemos de forma integrada no enfrentamento de todo o tipo de violação de direitos”.

3.4 ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE DE DAMARES ALVES

No dia 15 de janeiro de 2019, Damares Alves tomou posse no cargo de Ministra no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, criado pelo governo Bolsonaro para substituir o Ministério dos Direitos Humanos do governo Temer.

Sabemos que a luta das mulheres pela igualdade de direitos é uma luta histórica que teve grande importância na vida das mulheres, mas, em 2019, toma posse da Presidência da República um governo dedicado a atacar as conquistas democráticas alcançadas no Brasil desde a sua redemocratização. Uma dessas frentes de ataque foi conduzida por um movimento político responsável pelo combate às políticas de gênero e com uma postura conservadora e antifeminista, o que resultou, especificamente, na transformação do Ministério dos Direitos Humanos em Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. No tocante, isso é algo que desperta vigilância pelos direitos conquistados pelo movimento feminista. Ao passo que as mulheres nos últimos dez anos têm conquistado seu espaço na sociedade, diversas outras questões não foram superadas ou até mesmo outras demandas surgiram com essas conquistas.

De acordo com Weber e Maia (2019), essa batalha de combate ao feminismo não é nova, pois a negação contra a independência das mulheres sempre esteve presente em alguns períodos a partir da percepção de que os avanços estão acontecendo.

Um ponto importante para esta pesquisa é o fato de a ministra, em seu discurso de posse, assumir um posicionamento que não condiz com a luta dos direitos humanos (o que inclui as mulheres) ao longo dos anos. Damares se consolidou como antifeminista na política, trazendo diversas pautas femininas do campo conservador

para o debate público, como a desigualdade entre homens e mulheres na sociedade. É diante desse contexto que vamos nos debruçar nesta análise.

Para isso, é preciso pensarmos quais são as tomadas de posição e as diferentes posições de sujeito assumidas no discurso de Damares Alves em relação aos sentidos produzidos em seu discurso.

Na tomada de posição 1, o sujeito Ministra Damares Alves se identifica com os discursos binarista, machista e antifeminista, bem como se contraidentifica com o discurso feminista e dos Direitos Humanos:

- (1) Esse é o Ministério da Criança e do Adolescente. Nossas meninas e os meninos estão entre o bens mais preciosos da nação. E, neste governo, menina será princesa e menino será príncipe. Está dado o recado.

No enunciado (1), é possível notar a reprodução do discurso binarista, para o qual só existem dois gêneros (masculino e feminino) determinados pelo biológico (macho e fêmea), reforçado pela tradição também binarista e machista dos contos de fadas, em que os príncipes salvam as princesas, casam-se e são felizes para sempre, ou seja, a mulher está sempre numa posição indefesa e necessita do homem para sobreviver aos perigos do mundo. Esse discurso binarista e machista é um discurso transversal que atravessa e constitui o discurso de posse de Damares Alves.

No enunciado (2), percebemos no discurso de Damares uma posição-sujeito que remete a uma Formação Discursiva hegemônica patriarcal, a qual impede as mulheres de exercerem determinadas funções atribuídas historicamente aos homens por suas características biológicas:

- (2) Deixa eu dar mais um recado. Ninguém vai nos impedir de chamar nossas meninas de princesas e nossos meninos de príncipe. No Brasil têm meninos e meninas.

Nesse enunciado (2), podemos observar novamente a reprodução do discurso binarista que, ao mesmo tempo que atualiza a memória do discurso machista, apaga a memória do discurso da diversidade de gêneros, da memória discursiva LGBTQIA+.

Em vista do que foi colocado até aqui, há um equívoco que torna possível o deslizamento de sentidos constituintes de diferentes posições-sujeito e contradições numa mesma Formação Discursiva. Desse modo, o sujeito Damares é fragmentado, o que nos permite dizer que o sujeito discursivo Damares Alves se contraidentifica com a Formação Discursiva de inclusão dos Direitos Humanos.

Nesse sentido, observemos o enunciado (3):

- (3) Somos o pior país da América do Sul para ser menina, mas o governo Bolsonaro se propõe que em pouco tempo seremos o melhor país do mundo para se criar menina. A revolução está apenas começando!

Novamente, o discurso da Ministra reproduz o discurso binarista, limitando a compreensão da sociedade em relação ao gênero. O que se percebe nesses enunciados é que o discurso de Damares Alves também se contraidentifica com os saberes pertencentes à Formação Discursiva feminista, uma vez que é atravessado tanto pelo discurso binarista como pelo discurso machista, materializando o discurso que não reconhece a igualdade entre homens e mulheres na sociedade.

A ideologia do patriarcado constitui esses discursos que atravessam o discurso de Damares Alves, apesar de aparentemente se posicionar a favor do feminismo, o que se mostra como uma contradição no discurso da ministrada empossada, pois, se a Formação Discursiva dominante é a machista, a Formação Discursiva subversiva é a feminista, o que favorece a reprodução do discurso antifeminista.

Sabemos que o que está em jogo não é somente uma contradição, mas um deslocamento discursivo em relação ao discurso reproduzido da FD dominante. Esse

deslocamento não rompe com o Sujeito da FD, mas cria espaços não dominantes no âmbito dessa mesma FD.

Já, na tomada de posição 2, o sujeito Ministra Damares Alves se identifica com o discurso do combate à ideologia de gênero e se contraidentifica com o discurso da diversidade de gênero:

- (4) Deixa aqui, eu dá um testemunho. Eu e minha família, somos família. Eu sou uma mulher sozinha, com uma filha. E nada vai tirar de nós, esse vínculo, nós somos família, e todas as configurações familiares nesse Brasil são respeitados.
- (5) [...] nossos homens, assim como nossas mulheres também serão respeitados e cuidados. **Todos** merecem oportunidade e apoio para cuidarem de suas famílias, seja qual for a sua configuração.

Podemos observar que o discurso de Damares, embora diga no enunciado (4) que “todas as configurações familiares nesse Brasil serão respeitadas”, materializa o discurso da mãe solo e a relação mãe e filha como configuração de família, mas não materializa as famílias formadas por casais do mesmo sexo, por exemplo, promovendo um apagamento do discurso da diversidade de gênero.

No enunciado (5), “Todos merecem oportunidade e apoio para cuidarem de suas famílias, seja qual for a sua configuração”, entendemos que o sentido de “todos” não significa a totalidade das possibilidades de configurações familiares, pois “todos” corresponde a “nossos homens, assim como nossas mulheres”. Esse fenômeno do apagamento de um sentido mais amplo de “família” que notamos no discurso de Damares Alves é comentado da seguinte maneira por Louro (2008):

Tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece se perceber o não-dito, aquilo que é silenciado – os sujeitos que não são, seja porque não são, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados (LOURO, 2008, p. 66)

Com relação a esse fato, o discurso de Damares continua reproduzindo o discurso binarista e também promovendo apagamentos.

É interessante notar que o efeito de apagamento das pessoas LGBTQIA+ ocorre na construção de sentido de “família”, mas não no de Direitos Humanos. Vejamos o enunciado (6):

(6) Lutaremos contra a tortura, teremos um **diálogo** aberto com a **comunidade LGBTI. Nenhum direito** conquistado pela comunidade LGBTI **será violado.**

O que parece ser uma contradição pode ser compreendido como a reprodução da disputa de sentidos da palavra “família”, que são evidentes em seu discurso binarista, que exclui outras configurações de família que não seja a do casal homem e mulher. No enunciado (6), a comunidade LGBTQIA+ tem o seu lugar no discurso da Ministra Damares Alves, que não é o lugar na família, mas o lugar de quem não será torturado.

Nos enunciados (7) e (8), podemos notar novamente a reprodução do discurso patriarcal (tal como se apresentam nos contos de fadas):

(7) E, neste governo, menina será princesa e menino será príncipe. Está dado o recado.

(8) [...] Ninguém vai nos impedir de chamar nossas meninas de princesas e nossos meninos de príncipe. No Brasil têm meninos e meninas.

No enunciado (8), o discurso da Ministra Damares Alves, além de reproduzir o discurso binarista e disputar o sentido da palavra “família”, passa a materializar a controvérsia com o discurso da diversidade de gêneros, especialmente quando diz “Ninguém vai nos impedir”.

E essa controvérsia também é materializada nos enunciados (9) e (10):

(9) Um dos desafios desse atual governo é **acabar** com o abuso da **doutrinação ideológica**. Trabalharemos junto com o poder público para construir o Brasil, em que nossas crianças tenham acesso à verdade, e sejam livres para pensar. **Acabou a doutrinação ideológica** de crianças e adolescentes no Brasil.

(10) Atenção senhores, **a brincadeira acabou** no Brasil. Bolsonaro é presidente do Brasil. Yes!

A partir dos enunciados (9) e (10), é possível observar que o discurso-transverso da “doutrinação ideológica” (qualificada como uma “brincadeira” ou aventura dos governos petistas) atualiza a memória do Movimento da Escola Sem Partido, ou seja, a ministra constrói uma realidade através da ideologia simbólica, ao afirmar que “acabará” com a doutrinação ideológica no país, produzindo sua verdade como única interpretação dos fatos. Em outras palavras, podemos dizer que a disputa de sentidos materializada no discurso de Damares Alves corresponde a “meninas iguais meninos é doutrinação ideológica” *versus* “meninas diferentes de meninos é livre pensamento e verdade”.

De acordo com Gasparini (2021), o Movimento Escola sem Partido foi idealizado no ano de 2004, pelo advogado Miguel Nagib. O Escola Sem Partido seria um movimento totalmente apartidário com o objetivo de combater o sistema educacional para fins políticos, ideológicos e partidários. Neste aspecto, em consonância com Pêcheux, Gasparini (2021) coloca o Escola Sem Partido como discurso, isto é, como um espaço em que confluem a língua e a história. Nesse âmbito de investigar o movimento Escola Sem Partido como espaço discursivo, o discurso é tomado como efeito de sentido entre locutores.

Deste modo, a expressão “doutrinação ideológica” no discurso de Damares Alves funciona como um pré-construído, porque atualiza uma memória discursiva do

Escola Sem Partido e se apresenta como uma verdade evidente para os sujeitos desse discurso.

Por fim, na tomada de posição 3, o sujeito Ministra Damares Alves se identifica com o discurso fundamentalista cristão e se desidentifica com o discurso republicano:

(11) O estado é laico, **mas** sou terrivelmente cristã.

(12) Eu queria até que o Ministério, que este nosso Ministério, fosse chamado Ministério da Vida e da Alegria, **mas** não pode.

No enunciado (11), a conjunção “mas” opera a articulação de dois discursos-transversos postos no discurso de Damares numa relação de controvérsia: “O estado é laico” *versus* “Sou terrivelmente cristã”.

“O estado é laico” é o discurso-transverso da Constituição Federal de 1988, que significa que o Estado brasileiro deve ser regido por uma legislação fundamentada no Direito e que os assuntos religiosos não devem determinar os rumos do governo. Neste sentido, o discurso de posse da Ministra Damares Alves constrói uma posição de afronta à Constituição, reproduzindo um discurso anticonstitucional e golpista, ressalte-se já em 2019.

No enunciado (12), a outra ocorrência do “mas” (“mas não pode”) materializa, no discurso de Damares Alves, uma vontade de fazer algo que não é permitido pela Lei ou por regras institucionais.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que a manifestação da liberdade de expressão é tão constitutiva do discurso bolsonarista que quer “liberdade de expressão” para promover o ódio e gerar ataques. É importante considerar aqui que o discurso de Damares Alves reproduz o discurso de ódio Bolsonaro⁴, sobretudo por

⁴ Jair Bolsonaro: “Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um País livre das armas ideológicas”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a->

meio do pré-construído “acabar/combater a ideologia de gênero”, que, nesse discurso, tem o sentido de combater as identidades de gêneros, que não se identificam com o binarismo.

Por fim, entendemos que o discurso de Damares Alves, ao materializar a relação de controvérsia “O estado é laico” *versus* “Sou terrivelmente cristã”, assume uma tomada de posição em favor do discurso religioso em vez do discurso da Lei, que garante o funcionamento do Estado Democrático de Direito.

Por fim:

(13)Estou aqui, agradeço ao presidente Bolsonaro, mas antes de tudo, eu agradeço a Deus por essa oportunidade.

O enunciado (13) poderia ser apenas um enunciado de agradecimento a Deus, comum no discurso de pessoas cristãs, mas, quando é enunciado a partir do discurso bolsonarista de Damares Alves, possui um sentido próprio: “Deus acima de tudo”.

Diante do que foi apresentado até aqui, podemos dizer que nas materialidades analisadas, temos um sujeito enunciando sentidos que vão contra o pré-construído relativo aos Direitos Humanos. Diante disso, entendemos que Damares Alves se contraiidentifica com os saberes advindos da FD dos Direitos Humanos, buscando no interdiscurso outros saberes, os quais lhe são constitutivos. A contraiidentificação que Pêcheux (2014 [1975] chama de segunda modalidade, caracteriza-se por um “mau sujeito”. Neste sentido, o que podemos observar é uma tomada de posição em que Damares se separa do sujeito universal. “[...] com respeito ao que o “sujeito universal” lhe “dá a pensar” (Pêcheux 2014 [1975] p.199).

Em todos os enunciados que foram apresentados nessa análise do discurso de posse de Damares Alves, temos um sujeito que se contraiidentifica com o sujeito

universal, assumindo uma posição que se estabelece o diferente no interior da Formação Discursiva dos Direitos Humanos. Damares Alves problematiza os saberes dessa Formação Discursiva, assumindo uma posição que revela uma forma-sujeito atravessada por outros saberes de FD's. nesse sentido, há uma escape no caminho oposto a FD ideológica, que traz um sentido de negação.

Em síntese, de acordo com Pêcheux (2014 [1975] p.1999) “o discurso do mau sujeito” discurso no qual o sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito universal por meio de uma “tomada de posição” que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...)”.

Desse modo, o sentido de negação se encontra no interior da forma-sujeito, porque o interdiscurso permanece determinando os processos de identificação ou contraidentificação do sujeito em relação às FD's das quais advém os sentidos (PÊCHEUX 2014[1975]).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos, por meio deste trabalho, pudemos destacar algumas considerações, o que não implica pensar em serem conclusivas. Assim, somos tomados neste momento, pelo efeito de sentido de fechamento, com a certeza de que tal discussão não se encerra por aqui.

Em linhas gerais é importante destacar neste trabalho alguns pontos importantes. Primeiramente, tentamos apresentar os procedimentos teóricos-metodológicos da abordagem materialista do discurso, situando-a na interface entre análise do discurso e os estudos feministas, focalizando a constituição da identidade discursiva das Ministras Maria do Rosário e Damares Alves a partir do exame dos discursos-outros. Em seguida, observando as relações com os discursos de defesa dos direitos das mulheres, elegemos para a análise as categorias do interdiscurso e das tomadas de posição do sujeito perante a Formação Discursiva na qual ele se inscreve.

Pudemos ver nesta pesquisa que as diferentes formas de representar a mulher nos discursos de posse de Ministras mulheres no Ministério da Mulher são determinadas pela ideologia e pelas Formações Discursivas que definem o que pode e deve ser dito por cada sujeito.

Vimos que, no pronunciamento de posse da Ministra Maria do Rosário, o discurso organizou uma Formação Discursiva que vinha se alinhando de acordo com o discurso feminista construído a partir do século XIX. Vimos, a partir da primeira parte do pronunciamento de Maria do Rosário, posicionamentos ideológicos semelhantes, que foram atravessados pelos discursos feministas, pois o sujeito enuncia dizeres que atualizam a memória discursiva da luta por espaço em sociedade, da luta por direitos, da luta por liberdades, isto é, uma memória de resistência.

Já no pronunciamento de posse da Ministra Damares Alves, vimos que o sujeito se contraidentifica com o discurso feminista, pois assume tomadas de posição contrárias às lutas das mulheres por direitos e favoráveis a uma Formação Discursiva política determinada por ideologias hegemônicas, conservadoras e associadas ao patriarcado.

Podemos dizer que o discurso de posse de Damares Alves no Ministério da Mulher em 2019 é caracterizado por um efeito de sentido de contradição, pois se trata de um discurso e de um sujeito discursivo que reproduzem o retrocesso dos direitos conquistados pelas mulheres ao longo de séculos, apresentando-se assim como um discurso antifeminista enunciado por uma mulher na posse do Ministério da Mulher. Vimos também que esse efeito de contradição materializa a disputa de sentidos entre dois discursos políticos antagonistas sobre as palavras família, mulher, homem, pessoas LGBTQIA+ e direitos humanos. Desse modo, foi possível observar que os discursos analisados, considerando a FD feminista, somente Maria do Rosário se identifica com o discurso feminista, enquanto a Ministra Damares Alves se inscreve na FD antifeminista, reproduzindo o discurso do binarismo e do patriarcado.

Assim, tentamos mostrar como a análise do discurso de Pêcheux pode ser mobilizada para refletir sobre o feminismo e o antifeminismo nos discursos de mulheres na política. Várias questões vão se colocando e sendo exploradas, no sentido de perceber que a interface entre a análise do discurso e o feminismo podem ser trabalhadas, como por exemplo observar as tomadas de posição e a constituição da identidade discursiva do sujeito.

Ainda de acordo com Orlandi (2015), a Análise de Discurso nos coloca em estado de reflexão, buscamos através de seus princípios desnaturalizar a evidência do sujeito e a evidência do sentido, construindo uma relação menos ingênua desta

pesquisadora com a linguagem. O que esperamos é que esta pesquisa possa contribuir de alguma forma com a análise dos discursos das mulheres na política, sobretudo dos discursos de defesa dos direitos das mulheres, bem como ampliar os espaços para debates e pesquisas que fomentem o tema em questão e disponibilizar o referente estudo para as futuras pesquisas nas universidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 6.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

BACHI, Lilian Regina Gobbi. O processo de identificação da mulher com o discurso político de Jair Bolsonaro, no Facebook. **RIEL – Revista Interdisciplinar de Estudos de Linguagem**, v. 2, n. 2, p. 2020. Disponível em: <https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/riel/article/view/1421/1048>. Acesso em 24 jul. 2022.

BOGDAN, Robert Carlos; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e os métodos. Porto: Editora, 1994.

COELHO, Naiara; VOLOTÃO Amanda. Não serei interrompida: o processo de silenciamento feminino no espaço público brasileiro. **Cadernos de gênero e diversidade**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 151-170, 2020.

COSTA, Ricardo Sérvulo Fonsêca da Costa; GONÇALVES Rogério Magnus Varela. Participação da mulher na política brasileira. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 97-111, 2021.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

FIGUEIRA, Luís Fernando Bulhões. Não há discurso sem ideologia. *In*: PAULA, Luciane de (org.). **Discursos em Perspectiva**: humanidades dialógicas. Mercado de Letras, 2014. p. 243-259.

GASPARINI, Edmundo. Sobre o discurso do movimento Escola sem Partido. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 128–146, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/32790>. Acesso em: 20 nov. 2022.

GITIRANA, Julia Helioro Souza; KREUZ, Leticia Regina Camargo. Ministras de Estado: uma análise prospográfica das mulheres nos cargos máximos da República de 1985 a 2019. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n.43, p. 245-266, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/0104-6594.94386>

INDURSKY, Freda. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. *In*: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Clara Luz, 2005. p. 183-194.

INDURSKY, Freda. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? *In*: **SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO-SEAD**, 2, p. 1-11, 2005. Porto Alegre. Anais eletrônicos [...] Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/FredaIndurs>

ky.pdf. Acesso em: 24 jul. 2022.

ÍTEGRA DO discurso da ministra Maria do Rosário no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Governo Federal do Brasil, Brasília, 5 mar. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2014/marco/integra-do-discurso-da-ministra-maria-do-rosario-no-conselho-de-direitos-humanos-das-nacoes-unidas> Acesso em: 5 mar. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LERNER, Gerda. **A criação do Patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes 2008.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINISTÉRIO DA MULHER, da Família e dos Direitos Humanos. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Minist%C3%A9rio_da_Mulher,_da_Fam%C3%ADlia_e_dos_Direitos_Humanos. Acesso em: 28 set. 2021.

MINISTÉRIO DA MULHER, Família e Direitos Humanos: o que faz? Politize! 2020. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos: o que faz? Disponível em: politize.com.br. Acesso em: 19 mar. 2021.

OLIVEIRA, Kamila Pagel. A trajetória da mulher na política brasileira: a conquista e persistência de barreiras. **Cadernos da escola do legislativo**, Belo Horizonte, v. 16, n. 26, p. 9-49, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2015.

PAVAN, Paula Daniele; GALVÃO, Alessandro Nobre. Da produtividade do conceito de pré-construído e seus diferentes modos de funcionamento: uma abordagem teórico-analítica. **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão, v. 19, n 1, 2019. DOI:<https://doi.org/10.1590/1982-4017-190103-DO0319>

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni P. *et al* (orgs.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. Tradução: Bethânia S. C. Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1994. p. 55-66.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra

de Michel Pêcheux. Tradução: Eni Orlandi. 4. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010 [1969].

PÊCHEUX, Michel. Remontemos de Foucault a Spinoza. [1977]. *In*: BARONAS, Roberto (org.). **Análise de Discurso**: apontamentos para uma história de noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p. 177-192.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Orlandi *et al.* Campinas: Ed. UNICAMP, 2014 [1975].

PÊCHEUX, Michel. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. Tradução: Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira. **Décalages**, v. 1, n. 4, p. 1-22, 2014 [1984]. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/73345743.pdf>

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Orlandi. 7.ed. Campinas: Pontes, 2015 [1983].

PEDREIRA, Beatriz Della Costa; ROCHA, Camila; SOLANO Esther. **Feminismo em disputa**: um estudo sobre o imaginário político das mulheres brasileiras. São Paulo: Boitempo, 2022.

PIRIS, Eduardo Lopes. A argumentação numa perspectiva materialista do discurso **Linha D'Água**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 97-121, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v29i2p97-121>

POSSENTI, Sírio. Observações Sobre Interdiscurso. **Revista Letras**, Curitiba, n. 61, p. 253-269, 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/2890>

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

TEJADA, Bruna Vitória; VINHAS, Luciana Iost. Aquilo que não pode deixar de ser dito: o efeito de pré-construído do discurso machista. **Revista Letrônica**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 1-9, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2020.2.36120>

TV BRASILGOV. Cerimônia de cargo à ministra da mulher da família e dos direitos humanos, Damares Alves. Youtube. 15 jan. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2Qz_tS6zofg. Acesso em: 19 set. 2021.

VINHAS, Luciana Iost. Considerações sobre o pré-construído na Análise do Discurso: gesto de interpretação de dizeres de uma mulher presa. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 62, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8658800>.

WEBER, Nicole Garske; MAIA, Gabriela Felten da. "O conto da aia" - Quando realidade e ficção aproximam-se: Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e as implicações do antifeminismo na política brasileira. *In*: XVI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, Santa Cruz do Sul, 2019, p. 1-20. Disponível em:

<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/19614>. Acesso em: 26 out. 2022.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução: Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZANDWAIS, Ana. **Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França**: uma retomada de percurso. Santa Maria: UFSM, 2009. v. 8.

ANEXOS

ANEXO 1 – DISCURSO DE POSSE DE MARIA DO ROSÁRIO NA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM 2011

Quarta-feira, 3 de janeiro de 2011

Excelentíssimo Sr. Ministro Paulo Vannuchi e demais autoridades nominadas pelo protocolo.

Esse início de 2011 ficará registrado na memória do povo brasileiro pela singular transição entre os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidenta Dilma Rousseff.

O Brasil, que escolheu um projeto de desenvolvimento nacional e fortalecimento da democracia com Lula, decidiu continuar as mudanças que ele implementou e avançar ainda mais, agora com a primeira mulher no mais alto posto da República.

Não há dúvida de que o povo brasileiro reconheceu na atuação do presidente nascido e criado em sua própria classe a dedicação para transformar o Brasil num país com inclusão. E os indicadores desse Brasil que inclui se fazem sentir em todas as áreas. Assegurar os Direitos Humanos no Brasil é um desafio imenso que a presidenta Dilma delineou com precisão em seu pronunciamento de posse no Congresso Nacional, ao afirmar “NÃO VOU DESCANSAR ENQUANTO HOVER BRASILEIROS SEM ALIMENTOS NA MESA, ENQUANTO HOVER FAMILIAS NO DESALENTO DAS RUAS, ENQUANTO HOVER CRIANÇAS POBRES ABANDONADAS A PROPRIA SORTE”.

Esse é o espírito da Presidenta Dilma e este também é o nosso espírito ao servirmos ao seu governo e ao povo brasileiro à frente da Secretaria de Direitos Humanos.

Atuaremos de forma integrada às demais áreas de governo, investiremos na transversalidade das ações, objetivando potencializar iniciativas que façam avançar as bases já lançadas de um Sistema Nacional de Direitos Humanos, cumprindo as metas estabelecidas no Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNDH III.

E assim como a nossa presidenta, não descansaremos, pois ainda que muito tenhamos avançado no Brasil nos anos atuais, assegurando direitos e enfrentando vulnerabilidade de amplos contingentes populacionais, o país ainda está marcado pelas disparidades regionais, pela violência e pela exploração.

Nesse sentido, e motivada pelo pronunciamento da nossa presidenta, afirmo a vocês, não descansaremos diante das situações de violências contra as crianças e adolescentes brasileiros, diante da exploração sexual de meninas e meninos, da transformação de seus corpos em produto e da destruição de suas vidas pela lógica do mercado.

Não descansaremos enquanto as crianças estiverem nas ruas, mas também não descansaremos enquanto estiverem à espera de uma família que não chega, dentro de um programa de acolhimento institucional, tendo negado seu direito a convivência familiar e comunitária. Diante da exploração vil do trabalho escravo e degradante no campo e na cidade, de brasileiros e de imigrantes; das crianças e adolescentes mutilados no campo pelo trabalho nas lavouras ou jogados no trabalho infantil doméstico.

Não descansaremos enquanto não produzirmos mudanças capazes de assegurar um Brasil acessível para todos, o que significa reconhecer e realizar os direitos de 24 milhões de brasileiros e brasileiras com deficiência. Implementar políticas visando a inclusão social, a acessibilidade e o combate à discriminação às pessoas com deficiência, incentivando a implementação da Convenção da ONU sobre os Direitos

das Pessoas com Deficiência, de forma a assegurar acesso a serviços e garantia de direitos, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, tanto na zona urbana como na rural.

A Convenção das Nações Unidas sobre Direitos das Pessoas com Deficiência foi incorporada à legislação brasileira em 2008. É uma referência essencial para o Brasil que queremos e já começamos a construir: um Brasil com acessibilidade, no sentido mais amplo desse conceito, portanto livre do preconceito e das discriminações.

Consolidar as ações de reparação e desenvolver ações de promoção para assegurar os direitos das pessoas atingidas pela hanseníase, estabelecendo caminhos para o reconhecimento da responsabilidade do estado também diante de seus descendentes diretos.

Não descansaremos diante do preconceito, da discriminação e violação de direitos fundamentais vivenciados pelos idosos e idosas. Devemos ter em conta, que está em curso um processo de significativa alteração do perfil demográfico do país. O aumento da expectativa de vida dos brasileiros trouxe o desafio de desenvolvermos políticas públicas capazes de oferecer qualidade de vida para o envelhecimento saudável. Segundo dados do IBGE, entre 1997 e 2007 a população idosa aumentou 47,8% em relação à população geral cujo índice de aumento foi de 21,6%.

Conceber as responsabilidades de desenvolvermos políticas públicas para esse período da vida é prepararmos o Brasil para o desenvolvimento.

Não descansaremos diante da intolerância, base para os crimes de ódio praticados contra os homossexuais. É uma responsabilidade nossa integrarmos ações para a promoção dos direitos da população LGBT com a garantia da igualdade dos direitos civis de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em relação a toda a sociedade. Diante da situação dos apenados, das condições degradantes nas prisões,

da situação das pessoas com sofrimento psíquico, não poderemos descansar enquanto a tortura permanecer como prática institucionalizada em instituições fechadas ou em qualquer lugar do Brasil.

Diante da discriminação sofrida por alguém, ferindo sua liberdade de credo e culto, ou sua liberdade de definir-se sem credos, sem cultos. A política de Direitos Humanos deve ser articulada considerando o pacto federativo e a relação entre os três Poderes, conferindo a ela centralidade enquanto elemento organizativo e estruturante da agenda política nacional.

Nosso país consolida-se como nação democrática no qual política de Direitos Humanos é política de Estado construída em interlocução direta com a sociedade, visando fortalecer os princípios de universalidade, indivisibilidade e interdependência dos Direitos Humanos.

Na base conceitual das iniciativas políticas realizadas no período de governo do presidente Lula, uma mudança significativa foi processada, ao produzir-se um projeto de desenvolvimento nacional onde não mais as questões da economia foram autonomizadas, diante das necessidades e dos direitos sociais dos brasileiros e brasileiras: com Lula, o crescimento em índices relevantes do PIB não apenas assegurou a inclusão de milhões de pessoas, mas foi conquistado pela inclusão desse contingente populacional a direitos econômicos e sociais básicos.

Estão lançadas as bases para que os Direitos Humanos no país sejam amplamente considerados como Direitos Cívicos, Políticos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Está consolidada também a compreensão da importância da participação da sociedade civil na construção da política de Direitos Humanos por meio de conferências, conselhos permanentes e formas variadas. A transparência do Estado e o acompanhamento da sociedade sobre ele possibilitam a superação de

contradições históricas entre o Estado e a sociedade e inauguram uma nova era, onde afirma-se o compromisso deste com os Direitos Humanos e o enfrentamento de qualquer violação movida a partir de suas estruturas, ou com a participação de seus integrantes.

Enfim, a orientação para o delineamento de políticas públicas de Direitos Humanos deve ser organizada na perspectiva da valorização da pessoa como sujeito central do processo de desenvolvimento econômico e social, respeitada a sua dignidade, sem quaisquer distinções de raça, etnia, gênero, classe social, origem, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência.

Ao receber da presidenta Dilma Rousseff essa honrosa e importante responsabilidade, quero afirmar que tenho presente o conceito expresso entre as primeiras palavras da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948: “O RECONHECIMENTO DA DIGNIDADE INERENTE A TODOS OS MEMBROS DA FAMÍLIA HUMANA E DOS SEUS DIREITOS IGUAIS E INALIENÁVEIS CONSTITUI O FUNDAMENTO DA LIBERDADE, DA JUSTIÇA E DA PAZ.”

Afirmar no Brasil o sentido de que somos milhões de brasileiras e brasileiros pertencentes a uma mesma família humana, e estarmos solidariamente irmanados também a todos os povos e a cada ser humano ao redor do mundo, é o pressuposto para o trabalho de afirmação dos Direitos Humanos como uma cultura.

Nessa cultura, o reconhecimento da diversidade humana como um bem a ser assegurado e o compromisso de enfrentamento por todos os brasileiros e brasileiras em todos os lugares do país das violações de direitos humanos são essenciais.

Nesse plano as políticas de educação em Direitos Humanos são essenciais, e a iniciativa do Ministro Paulo Vannuchi de propor ao Conselho Nacional de Educação a elaboração de Diretrizes Curriculares nesse campo é meritória e constitui-se como

referência prioritária para o nosso trabalho. Ainda mais no atual período, diante da elaboração do novo Plano Nacional de Educação.

Carl Jung, discípulo de Freud, disse uma vez que a morte de cada homem o diminuía, pois ele estava englobado na humanidade. E, da mesma forma que uma pessoa passando fome em Luanda, Nova Déli, Nova Iorque ou Roma nos atinge, uma brasileira ou brasileiro que sofre também atinge a humanidade. O desrespeito aos Direitos Humanos de um indivíduo ou grupo social é igualmente inadmissível, não importa de onde sejam o perpetrador ou a vítima, ou onde ocorra a violação. Eles não estão sujeitos a negociação, pois são indissociáveis da própria humanidade.

Essa missão não diz respeito somente a esta Secretaria, mas ao Estado brasileiro como um todo. Porém, no que diz respeito a ela, não poderia deixar de reconhecer e cumprimentar os meus antecessores José Gregori, Gilberto Sabóia, Paulo Sérgio Pinheiro, Nilmário Miranda, Mário Mamede e agora, no último período, o meu amigo e brilhante ministro Paulo Vannuchi, pelo excelente trabalho realizado.

Enfrentar com ações reais e forte articulação com a sociedade os preconceitos e discriminações de toda ordem, onde quer que sejam produzidos e se apresentem, é missão dessa Secretaria. Paulo, você e sua equipe cumpriram com honradez, clareza de propósitos, dedicação e profundo amor pelo Brasil e pelo nosso povo a tarefa de estruturar a Secretaria de Direitos Humanos, assegurando a ela a estatura de um Ministério. Ainda assim, está claro para nós que seguiremos contando contigo como incansável defensor dos Direitos Humanos.

Recebo das mãos do ministro Paulo Vannuchi a condução de um trabalho exemplar e de extrema relevância. Quero reconhecer a importância dessa atuação na consolidação de direitos que são fundamentais e dizer que é meu firme propósito

consolidar cada política, cada programa em curso, para a partir dessas iniciativas, cumprir o que é minha responsabilidade, produzir também avanços.

É relevante destacar a diretriz para nossa política externa apresentada pela senhora presidenta também em seu pronunciamento à nação no dia 1º de janeiro, ao reafirmar como valores clássicos da diplomacia brasileira a promoção da paz, a defesa dos direitos humanos e o fortalecimento do multilateralismo.

Não há dúvida de que o nosso país ocupa lugar relevante diante da comunidade internacional precisamente pela coerência dos valores que professa. Hoje, é impensável imaginar um debate sobre qualquer questão mundial sem que o Brasil esteja sentado à mesa, na qualidade de um interlocutor privilegiado, cujas opiniões influenciam as decisões a serem tomadas.

Nesse sentido, o Brasil deve exercer protagonismo no fomento à constituição de novos espaços para debate e promoção dos direitos, com especial atenção ao nosso continente, fortalecer a articulação permanente entre os países participantes da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Países Associados; apoiando a criação do Conselho de Direitos Humanos da Unasur. As tarefas colocadas para o Brasil no cenário internacional de Direitos Humanos, o reconhecimento e a importância alcançada pelo nosso país, entretanto, trazem consigo responsabilidades de igual tamanho. Lembro aqui que os compromissos assumidos e os tratados firmados em termos de Direitos Humanos foram feitos pelo Estado Brasileiro, e é por ele – entre todos os poderes e entes federativos – que devem ser efetivados.

Nesse sentido também nos pronunciamos acerca da recente definição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando a definição que o Estado brasileiro tem uma dívida histórica, no que diz respeito aos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia.

Com total tranquilidade e unidade de pensamento e ação no Poder Executivo estaremos desenvolvendo ações que respondam às indicações desse organismo que integramos. Por outro lado, caberá também, é claro, aos demais poderes da República, no exercício de suas funções constitucionais e preservada a independência e harmonia que nos caracteriza, analisarem as questões apresentadas pela Corte Interamericana.

O que nos deve fazer refletir quanto ao tema do Direito à Verdade e à Memória, passados quase 50 anos do início do período de excessão no Brasil, é que é chegada a hora de agirmos com objetividade.

O sentimento democrático que perpassa toda a sociedade brasileira e cada uma de nossas instituições, todas agindo com objetivos em comum, todas atuando para o fortalecimento do estado democrático de direito, define por si a possibilidade clara de um encontro entre gerações.

Por isso mesmo devemos dar seguimento ao processo de reconhecimento da responsabilidade do Estado por graves violações de Direitos Humanos, com vistas à sua não repetição, com ênfase no período 1964-1985, de forma a caracterizar uma consistente virada de página sobre esse momento da história do país.

Devemos isso às famílias daqueles que foram mortos ou estão desaparecidos, devemos aos que viveram aquele período e empenharam suas vidas generosamente porque acreditavam na liberdade e na democracia. Eles nos trouxeram até aqui.

Devemos ao Brasil e podemos constituir uma experiência própria e pactuada. E é necessário que essa agenda seja cumprida porque dessa forma nos irmanaremos plenamente para o que o Brasil dos nossos dias exige de nós. Nesse sentido, faço um apelo à Câmara dos Deputados, poder de onde venho, e ao Senado Federal, com os quais quero manter uma relação de muita proximidade e respeito.

Que façamos um bom e democrático debate e possamos aprovar o Projeto de Lei que cria a Comissão da Verdade.

Faço questão de reforçar que não queremos aqui fazer um embate entre parlamentares contra ou a favor da medida, mas resgatar a nossa história e contá-la de forma completa. Somente conhecendo os fatos e reconhecendo os erros que conseguiremos escrever novas e melhores páginas da nossa História.

A hora é de avançar, de fazer ainda mais e melhor. A presidenta Dilma assumiu como compromisso prioritário da sua gestão a luta para que nosso país supere a miséria. Essa é uma meta que só será alcançada a partir de uma ampla mobilização nacional. Também quero aqui assumir como causas de trabalho o enfrentamento a dois problemas sociais muito presentes em nosso país: a dependência química e a situação das pessoas que vivem nas ruas. É dever da Secretaria de Direitos Humanos, em conjunto com os demais entes federados, trabalhar para a superação dessas mazelas. E tratam-se de assuntos intimamente relacionados, pois a epidemia de crack vivida nas nossas cidades, ao lado do alcoolismo, é uma das grandes responsáveis pelo elevado número de pessoas que vivem marginalizados nas calçadas, nos sinais, debaixo de pontes ou viadutos. Quero dialogar com meus colegas ministros e com a sociedade para assumirmos uma ação conjunta e eficiente de valorização da vida e enfrentamento dessa situação, bem como o direito ao trabalho decente, combatendo o trabalho infantil e o trabalho escravo – males que atingem significativamente as populações migrantes, as quais constituem outra preocupação da nossa Secretaria. Da mesma forma, na garantia dos direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e das pessoas com sofrimento psíquico.

Não posso deixar de mencionar que o respeito aos Direitos Humanos passa necessariamente pela esfera da segurança pública – a qual também constitui um

direito fundamental. Integra o rol de ações dessa Secretaria a educação em Direitos Humanos, que contempla a formação e o treinamento adequado das forças de segurança, cuja missão central é proteger a população e preservar seus direitos, independente da sua condição social. Precisamos também planejar e atuar para superar a calamidade prisional no Brasil. São inaceitáveis as condições subumanas que vivem milhões de brasileiros e brasileiras privados de liberdade e alojados em condições insalubres de convivência. Como está, nosso sistema prisional não recupera apenados. É fundamental que se execute ações no sentido de resgatar a cidadania e dignidade, garantindo, em todos os presídios e casas prisionais a educação formal. Quero, ainda, propor uma atuação a partir de um diálogo com o Ministério da Justiça, Ministério Público, com os governos estaduais e com as famílias dos apenados. Ser preso não pode significar o fim da vida de uma pessoa.

Mas não faremos nada sozinhos. Tenho a plena consciência que o trabalho só funciona efetivamente quando somamos esforços. Quero manter um diálogo permanente e uma parceria com os ministérios, em especial com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial e a Secretaria Nacional de Juventude, para que atuemos de forma integrada no enfrentamento de todo o tipo de violação de direitos.

E quero, de forma muito especial, ressaltar a maior e mais importante parceria que é com a sociedade brasileira. A Secretaria de Direitos Humanos está de portas abertas para dialogar com os movimentos sociais, com as entidades e com todos os cidadãos e cidadãs brasileiras que queiram somar esforços nessa corrente de direitos. Os novos e antigos sujeitos sociais, ligados aos mais diversos temas, prestam inestimável trabalho ao avanço destes direitos. As conferências nacionais, estaduais e municipais relativas às mais variadas temáticas de direitos humanos, cada vez mais apontam os

rumos das políticas públicas deste país. O controle social exercido é vital para o aprimoramento da democracia.

Desta forma, parabenizar a esses aguerridos guerreiras e guerreiros que, incansáveis em suas lutas, têm auxiliado sobremaneira a difusão, a garantia e a proteção dos Direitos Humanos, aqui e no resto do mundo é tarefa que se impõe.

Por fim, importa lembrar que muitos homens e mulheres, no decorrer da história, individual e coletivamente, lutaram e deram suas vidas para que os Direitos Humanos entrassem para o papel, para que estes fossem juridicamente consagrados. A tarefa da nossa geração é fazer com que estes direitos constantes no sistema internacional dos Direitos Humanos e na Constituição Federal, saiam do papel para transformar a realidade de milhões de brasileiros e brasileiras.

Como disse Norberto Bobbio, [...] “Poder-se-iam multiplicar os exemplos de contraste entre as declarações solenes e sua consecução, entre a grandiosidade das promessas e a miséria das realizações. Já que interpretei a amplitude que assumiu atualmente os debates sobre os direitos do homem como um sinal do progresso moral da humanidade, não será inoportuno repetir que esse crescimento moral não se mensura pelas palavras, mas pelos fatos.”

Faço um agradecimento especial aos órgãos colegiados dessa Secretaria, instrumentos democráticos e parceiros fundamental de trabalho: o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH; o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa portadora de Deficiência – CONADE, o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI; o Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD; a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP; e a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE.

Também agradeço à presidenta Dilma Rousseff e ao vicepresidente Michel Temer pela confiança em mim depositada; agradeço ao ministro Vannuchi e sua equipe pelo brilhante trabalho realizado; agradeço aos movimentos sociais e aos militantes de Direitos Humanos; agradeço ao meu partido, o Partido dos Trabalhadores; agradeço à minha família, aos colegas parlamentares, ministros ao povo gaúcho, que me trouxe até aqui e ao povo brasileiro pela confiança em mim depositada. Contem com o meu trabalho em defesa dos Direitos Humanos de cada um dos 190 milhões de brasileiras e brasileiros.

Muito obrigada!

Brasília, 03 de janeiro de 2011

ANEXO 2 – DISCURSO DE POSSE DE DAMARES ALVES NO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMADOS EM 2019

Terça-feira, 15 de janeiro de 2019

Eu queria cumprimentar todos vocês, as autoridades parlamentares, que aqui estão.

Eu estou vendo tanto parlamentar aqui, eu não posso nem nomear, porque eu vou ficar assim com vergonha de dizer que eu amo um mais que o outro.

São 22 anos ao lado, 20 anos ao lado desses parlamentares. Respeitada por todos eles.

Fui serra Maria desses parlamentares por 20 anos, mas fui parceira, fui companheira, e vou dizer uma coisa, posso falar, fui pastora de alguns também.

O estado é laico, mas sou terrivelmente cristã. Fui pastora de alguns, amigas, alguns senadores tão queridos ali. Eu não vou nomear, porque eu vou, eu vou perder os nomes aqui, mas à todos os parlamentares, senado e câmara, onde foi a minha vida nos 22 últimos 22 anos. Alguns parlamentares que sonharam comigo este novo tempo para o Brasil, nos chamaram de loucos deputados, nos chamaram de malucos, algumas vezes. Disseram que a gente vivia de utopia, de sonhos, mas olha onde o nosso sonho nos trouxe, no Brasil novo, no momento novo para essa nação.

Obrigado parlamentares, obrigada a todos vocês!

Cumprimento a todos vocês. Não poderia deixar também de cumprimentar a equipe de transição, que caminhou comigo desde o dia que eu fui anunciada, voluntariamente, de nove da manhã à meia noite (porque esse Ministério ele foi construído, ele foi uma junção de várias Secretarias, então deu muito trabalho a gente construir toda a estrutura). Voluntários, que vieram de Sergipe, do Espírito Santo, voluntários, que vieram de todos os lugares do Brasil. E aqui eu quero fazer justiça à

uma voluntária linda incrível, a Désirée. Désirée, que veio do Mato Grosso do Sul, jovem negra extraordinária, e que vem nos ajudar a escrever, as políticas públicas para a secretaria da mulher, e por ter sido vista, lá nos corredores, sofreu tanto na imprensa. Nosso abraço, nosso carinho à Désirée, e ela não está fora desse time, saibam disso.

Quero agradecer, ao presidente Bolsonaro, por ter acreditado e confiado e me convidado para ser a ministra. Alguns disseram que eu não tomaria posse ontem. Ô, consegui! Yes!

Disseram inclusive, que iam me matar, não conseguiram.

Estou aqui, agradeço ao presidente Bolsonaro, mas antes de tudo, eu agradeço a Deus por essa oportunidade.

Em 2018, a Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 70 anos. Temos muito a comemorar. No entanto, ainda temos muito no que avançar. Avançar no cuidado integral, na construção e implementação de políticas públicas, que não sirvam mais para fins eleitoreiros, enriquecimento ilícito. Temos que avançar na construção e efetivação de políticas públicas, que sejam duradouras, estruturais e promova o nosso povo, melhores condições de vida plena em todas as suas vertentes (E por falar em vida, eu falo vida desde a concepção).

Eu queria até que o Ministério, que este nosso Ministério, fosse chamado Ministério da Vida e da Alegria, mas não pode.

Para este governo, os direitos humanos são universais e serão respeitados. A vida nosso bem maior é o ponto de partida.

Esse ministério foi pensado e estruturado a partir dela, de sua proteção e seu cuidado.

No que depender deste governo e desta equipe, sangue inocente, não será mais derramado em nosso país.

Esse é o Mistério da vida. Quando digo vida, eu também falo vida em abundância. Mas esse também é o Ministério da Mulher. Nesse sentido, todas as mulheres de todos os povos, cores e raças serão alcançadas.

Nenhuma denúncia de violência contra a mulher, que chegar a este governo será ignorada.

Todas as brasileiras precisam receber salários dignos e igualitários. Da mesma forma, combateremos juntamente com os órgãos federais, todas as formas de discriminação. Vivemos em um país multicultural, com vários credos, línguas, cores, crenças, povos e raça. E isso, talvez seja um dos nossos principais ativos, lutaremos por eles. Tudo isso, já é protegido por nossa Constituição e pelo tratado Internacional de Direitos Humanos, do qual o Brasil é signatário, mas as mulheres terão prioridade nesse Ministério.

Nossas avós, mães, meninas, enfim. Nossas brasileiras terão respeito que merece, e lutaremos para que não sejam tratadas mais como massa de manobra.

Temos a garantia de nosso presidente da República, de que as brasileiras terão voz e serão escutadas por esse novo e restaurador governo que se inicia.

Somos o quinto país do mundo em feminicídio. Que vergonha!

A cada 11 minutos uma mulher é estuprada, a cada sete minutos uma mulher sofre algum tipo de violência. Chega! Basta!

Chega de violência contra a mulher nesta nação.

Este é o Ministério da Família. De igual forma, nossas famílias têm assento especial à nossa mesa, para isso criamos a Secretaria Nacional da Família, que cuidará especialmente de nossas famílias, nossos homens, assim como nossas mulheres também serão respeitados e cuidados. Todos merecem oportunidade e apoio para cuidarem de suas famílias, seja qual for a sua configuração.

Deixa aqui, eu dar um testemunho. Eu e minha filha, somos família. Eu sou uma mulher sozinha, com uma filha. E nada vai tirar de nós, esse vínculo, nós somos família, e todas as configurações familiares nesse Brasil serão respeitados.

Para alcançar nossos objetivos, trabalharemos de forma especial por política de fortalecimento, de vínculos familiares, inclusive por meio da solidariedade intergeracional, além da promoção de relacionamentos saudáveis, entre os mais jovens e os mais velhos.

Deixa eu dizer uma coisa, vocês ficam perguntando, mas que políticas públicas não são consideradas famílias. Deixa eu dá um exemplo: Nós temos um excelente, nós temos no Brasil uma excelente iniciativa, que é o ENEM. Mas que acontece com o ENEM?

O menino de 16 anos faz o ENEM, passa no ENEM, lá no interior do Rio Grande do Sul para fazer medicina lá no Amapá. Ele é retirado do seio familiar e é levado por um estado tão longe, longe de sua família, longe de seu povo, uma cultura diferente, e é colocado num alojamento. Sabe o que está acontecendo nas universidades do Brasil? Tristeza, dor, a depressão por saudade. Talvez vocês falam, mas nos países desenvolvidos isso acontece, mas lá os pais têm dinheiro para visitar o filho na universidade, e o filho vai nos feriados em casa. No Brasil, esses jovens são jogados longe.

Parabéns ao ENEM. O ENEM é uma excelente iniciativa, mas não podemos mais pensar política pública, que não fortaleça o vínculo familiar. E é nesse sentido, que o governo Bolsonaro vem. Toda política pública antes que vai pensar, isso aqui vai estar ou não fortalecendo o vínculo familiar.

Esse é o Ministério da Criança e do Adolescente. Nossas meninas e os meninos estão entre os bens mais preciosos da nação. E neste governo, menina será princesa e menino será príncipe. Está dado o recado.

Ninguém vai nos impedir!

Deixa eu dar mais um recado. Ninguém vai nos impedir, de chamar nossas meninas de princesas e nossos meninos de príncipe. No Brasil têm meninos e meninas.

Vivemos em um Brasil desigual em todas as áreas. Muito foi feito, mas não é o suficiente, há muito trabalho ainda.

Nossas meninas e meninos irão brincar e não serão brinquedos. Deixa eu repetir, criança brinca mas não é brinquedo.

Esse Ministério atuará na luta contra a pedofilia e pornografia infantil, em parceria com os demais órgãos do governo. E aqui eu quero mandar um recado para os pedófilos

de plantão e para os abusadores de plantão e para os exploradores de criança e adolescente.

Atenção senhores, a brincadeira acabou no Brasil. Bolsonaro é presidente do Brasil. Yes!

Deixa eu mandar um recado também, para os turistas, que fretam aeronaves pra vir no Brasil pegar nossos meninos e meninas. Venham para o Brasil, venham conhecer a floresta Amazônica. Venham na Bahia comer acarajé, vai no Rio de Janeiro conhecer o Cristo Redentor, Copacabana. Vá lá em Minas, comer pão de queijo. Vai no Rio Grande do Sul, comer churrasco, mas não venha no Brasil mais, pegar criança e adolescente, não, porque Bolsonaro é presidente do Brasil. O novo tempo nasce nessa nação.

Seremos implacáveis com aqueles que destroem a infância das crianças brasileiras, os abusadores consumidores de pornografia infantil, o crime organizado, entre outros, e aqui eu quero lembrar, Sérgio Moro é ministro do governo Bolsonaro.

Seremos proativos para evitar a gravidez inesperada, que alcança meninas cada vez mais nova. Não negligenciaremos as necessidades e enfrentaremos os desafios em relação às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, sobretudo, as mais pobres e as comunidades tradicionais, as invisíveis.

Um dos desafios desse atual governo é acabar, (Uai!) com o abuso da doutrinação ideológica. Trabalharemos junto com o poder público para construir o Brasil, em que nossas crianças tenham acesso à verdade, e sejam livres para pensar. Acabou a doutrinação ideológica de crianças e adolescentes no Brasil.

Trinta crianças são assassinadas por dia no Brasil. Somos o pior país da América do Sul, para ser menina, mas o governo Bolsonaro se propõe, que em pouco tempo seremos o melhor país do mundo para se criar menina. A revolução está apenas

começando! Mas este é o Ministério da Juventude. Sentimos a necessidade, de que o poder público evite e esforços para os nossos jovens. A permanência na escola e o ensino superior e as oportunidades de trabalho e renda, ainda são entraves que devem ser removidos. Nossa Secretaria da Juventude estará atenta a tais demandas. Nosso Brasil, tão rico tão lindo e tão jovem, ainda derrama sangue inocente de jovens das periferias, nas estradas nas comunidades e no campo.

Segundo o mapa mundial da violência de 2014, somos o 10º país do mundo que mais mata jovens e adolescentes (Que vergonha!) E segundo a UNICEF, somos o sétimo país do mundo, que mais mata adolescentes. Além disto, o número de suicídios tem aumentado de forma assustadora.

Infelizmente, os especialistas nos informam que 20 por cento dos jovens e adolescentes no Brasil estão se automutilando.

Segundo a OMS, somos o oitavo país do mundo em suicídios. Pais perdendo filhos cada vez mais jovens para o suicídio.

A criança mais nova que está falando com essa ministra, e que quer se matar e está se cortando tem apenas sete anos de idade, mas já há registro, nos surge crianças de 5 anos de idade.

O suicídio alcançou as nossas crianças e adolescentes, e essa Secretaria, esse Ministério vai dar uma atenção especial. Junto com o Ministério da Educação junto com o Ministério da Saúde e o Ministério da Cidadania, a questão do suicídio e automutilação de crianças jovens e adolescentes.

Os pais que não sabem o que fazer, professores que estão desesperados, educadores que não sabe como lidar com a situação. Conselheiros tutelares, nós vamos fazer um grande time e nós vamos levar esperança para as nossas crianças.

Nossas crianças estão se cortando gente. Não é porque elas querem se aparecer, elas estão em profundo sofrimento. Isso, isso é um fenômeno que nós vamos aprender a lidar com ele, e nós vamos aprender isso juntos, Ministério pais, famílias, todos juntos no combate ao suicídio e automutilação. E essa é uma das metas desse Ministério para os próximos 100 dias.

Intensificaremos em parceria com outros órgãos e entidades as campanhas de prevenção ao suicídio automutilação e também o uso abusivo de drogas lícitas e o consumo de álcool entre adolescentes e jovens.

Nós conhecemos e nos preocupamos com a realidade do jovem negro, indígena, cigano, ribeirinho, quilombola, o bóia-fria.

Esses jovens invisíveis, que trabalham de sol a sol sem acesso à saúde e educação, sem moradia, trabalho e renda terão o protagonismo que merecem nesse Ministério.

Cuidaremos de todos com políticas públicas sérias e equilibradas, respeitando sua cultura e seu modo de ser, dentro do caráter universal dos Direitos Humanos, mas esse também é o Ministério da Igualdade Racial.

Um dos principais ativos de nosso país é a diversidade cultural. Povos, línguas, raças, credos e cores fazem parte da alma do povo brasileiro.

Todos nós temos um pouco de cada um. Esse ministério que cuidará de todos, respeitando as suas individualidades, promovendo políticas públicas equitativas, que ofereçam oportunidades e proteção a todos.

(Gente, nós temos nessa nação 305 povos indígenas diferentes. Vocês conseguem entender a grandiosidade dessa nação?

Fala-se mais de 200 línguas indígenas no Brasil.

Esse país é lindo, é belo. A pluralidade cultural desta nação é o que nós temos de mais lindo para mostrar para o mundo.

Nós temos três povos ciganos, que falam três línguas diferentes. Somos 800 mil índios, e mais de 1 milhão de ciganos.

Este país é incrível, é belo! E nós não vamos entregar esta nação. Essa nação é do povo brasileiro. Essa nação é nossa! Essa nação é de todos nós!

Mas este Ministério também é da pessoa idosa.

Nossos idosos e idosos contribuíram muito com a nossa nação, e serão honrados por isso. Além de tudo boa parte deles está no mercado de trabalho. Alguns por opção, mas muitos por necessidade econômica. Muitos no momento em que deveriam receber cuidados, ainda são arrimos de família.

Lutaremos com os idosos, por meio da Secretaria do Idoso, para que o estatuto do idoso seja respeitado integralmente nesta nação.

Mas este é o Ministério da pessoa com deficiência (Quero falar especialmente com as pessoas com deficiência).

A lei brasileira de inclusão é uma das nossas principais bandeiras, (e aqui quero dizer aos nossos parlamentares, foram 14 anos pra gente aprovar a LBI no Congresso Nacional). Chega doer falar isso pra vocês. Uma lei tão importante, 14 anos de luta. Vocês não têm ideia, os entraves dos bastidores, que nós assessores tivemos que enfrentar, e os parlamentares comprometidos com as pessoas com deficiência.

Consegue imaginar, 14 anos aprovar uma lei que inclusão no Brasil?

A lei está aprovada, desde 2016, 2015, e ela ainda não foi regulamentada. E aqui, eu trago a boa nova, o presidente Bolsonaro determinou que, nos próximos meses, seja regulamentada a lei brasileira de inclusão.

Essa é uma nação, que vai incluir.

Trouxemos para o Ministério, pessoas muito especiais, que falam com vocês, e que sabe o que estão fazendo.

Nossa Secretaria da pessoa com deficiência terá o papel de desenhar e implementar políticas públicas especiais, e lutar pela legislação que garanta tais direitos.

A acessibilidade em todos os níveis ainda é um desafio que superaremos juntos. Contem conosco (E aqui, quando eu falo da regulamentação da LBI, a Secretaria estará ainda aos acampamentos de ciganos, para saber qual cigano ainda não tem o b com deficiência, que ainda não têm benefício).

A Secretaria estará indo nas aldeias, que nos foram abertas. Todos os índios com deficiência, terão acesso ao benefício.

A Secretaria estará indo às ruas, buscando as pessoas com deficiência, que estão jogadas. Algumas no fundo de uma casa sem nenhuma assistência, abandonada pela família.

As pessoas com deficiência, serão e estarão no protagonismo deste Ministério. É um novo tempo para as pessoas com deficiência no Brasil, mas este também, é o ministério da proteção global.

Lutaremos contra a tortura, teremos um diálogo aberto com a comunidade LGBTI. Nenhum direito conquistado pela comunidade LGBTI será violado.

Combateremos o trabalho escravo, apoiaremos as pessoas em situação de risco, o morador do semiárido, o morador de rua.

Protegeremos das testemunhas ameaçadas e promoveremos a educação integral, voltada aos direitos humanos.

Agora, eu quero falar de mim. Quero falar um pouco de mim e meu sonho para esse Ministério.

Sou mulher, nasci mulher! Sou mãe adotiva. Sou cristã. Nasci no Paraná, estudei em São Paulo e seguir para o Nordeste. Morei na Bahia, Sergipe, e me autodeclaro sergipana, porque Sergipe é o paraíso.

Estou há mais de 20 anos em Brasília. No entanto, passei boa parte de minha luta lá no Nordeste. Então eu sou nordestina.

Meu coração é nordestino! Sou como muitas mulheres brasileiras, trabalho, cuido da minha casa e da minha família. Vivia a dupla jornada, como muitas das mulheres no Brasil. Boa parte da vida tripla, durante as faculdades de Pedagogia, Direito e os cursos de especialização. Trago experiência de mais de 30 anos na luta pelos direitos humanos.

Já dormi na rua para proteger meninas e meninos de rua.

(Tem um deputado ali que me conhece, desde que eu tinha dois anos de idade).

Já caminhei com os perseguidos, em todas as esferas, que vocês possam imaginar.

Já apanhei da polícia na rua, e muito!

Não era pra falar isso, mas eu vou falar. Conheço de perto a luta dos povos indígenas.

Sou mãe de uma menina indígena. A mais linda indígena do mundo é minha filha.

Que não teve a alegria de estar aqui, porque foi ameaçada junto com a mãe. Queriam nos matar, porque a gente acredita em que é um novo momento para o Brasil.

Queriam nos matar! Disseram que iam nos matar, mas é difícil matar essa ministra.

Mas por recomendação da minha filha, (não está em Brasília) deve estar de longe assistindo a mãe.

Te amo, Lulu!

Minha história! Minha história não foi respeitada, e por muitos meios de comunicação, como vocês sabem, senti na pele o abuso físico, sexual, psíquico. E nos últimos dias também, o abuso moral, foram implacáveis comigo.

Minha crença virou chacota e motivos de risada. Tanto nas redes sociais como pessoalmente, inclusive por grandes intelectuais, parlamentares, líderes de partidos.

O abuso que sofri, algo íntimo compartilhado entre os meus irmãos de fé e de quem nunca escondi, virou manchete de jornal.

Nunca falei da minha vida íntima como discurso de estado. Não tenho nenhum orgulho de ter sido barbaramente abusada, isto não é orgulho, e isso não me fez ministra.

Não fui respeitada. Não fui respeitada como menina, como mulher, como mãe e como filha. Não fui respeitada como brasileira.

Minha história não foi veiculada com muito conforto e motivo de superação, mas como escárnio por uma pequena parte da mídia, de forma irresponsável. Quando riram de mim, riram de um terço das meninas no Brasil, que são abusadas sexualmente.

Chorei não por mim, tenho o meu Consolador, e queiram vocês ou não, Ele sobe em pé de goiaba.

Chorei!

Obrigada!

Chorei não por mim. Chorei pelas meninas e meninos que são abusados, violentados e maltratados, em boa parte das vezes na sua própria casa.

Mais de 60% dos abusos acontecem dentro de casa.

Noventa e cinco por cento dos abortos, abusadores são pessoas muito próximas das crianças. Algumas abusado nas escolas, nas igrejas, nos lugares onde congregam para celebrar a sua fé, por aqueles que deveriam protegê-los.

Chorei, por aqueles e por aquelas, humilhados e maltratados, que nem sempre têm um lugar para subir e chorar. Eu tive, eu tive um lugar para clamar por alguém, que veio em meu socorro.

Eu tive!

Choro por aqueles que o estado não alcança, e algumas vezes, não faz o mínimo esforço para alcançar. Choram pelas minhas crianças indígenas, pelas mães indígenas, que gritam por socorro.

Não é lenda, não é brincadeira. Mulheres indígenas nesse país, ainda são obrigadas a enterrar suas crianças. E eu quero deixar bem claro aqui uma coisa, o índio ama desesperadamente seu filho. Os índios amam desesperadamente suas crianças, e alguns índios em nome da cultura, e por não saber o que fazer, às vezes são obrigados a sacrificar suas crianças. E a gente finge que não sabe.

Eu vou contar uma coisa para vocês, são 305 povos. Não são todos os povos que ainda matam suas crianças. Pouquíssimos, 10, 15.

Vocês acham que uma mãe indígena quer matar seu filho?

Vocês acham que é confortável para uma mãe indígena enterrar sua criança viva neste país?

Essas mães choram na floresta. E o nosso silêncio soa pra mim como hipocrisia do branco dominante.

Mães indígenas, eu quero que vocês que são mães, imagine uma indígena lá no interior da Amazônia, que é mãe de uma criança surda, que ela amamentou por um ano, e que ela ama desesperadamente essa criança. E com um ano, ela descobre que a criança é surda, e seu pajé recomenda a ela enterrar essa criança.

Vocês conseguem imaginar, essa mãe cavando um buraco, e seu filhinho em volta gatinhando, olhando pra ela rindo, achando que mamãe tá brincando, e mamãe ter que enterrar vivo.

Vocês acham que essa mulher é feliz? Não é. Essa mulher não é feliz. As mulheres indígenas estão pedindo socorro no Brasil.

As crianças indígenas estão pedindo socorro.

Quebramos o tabu. E vou dizer uma coisa, eu não quero que ninguém que ouvi o meu discurso sobre infanticídio indígena, fique bravo com os índios.

Eu quero que essa nação tenha compaixão! Eu quero que essa nação seja solidária!

Eu quero que essa nação ame os indígenas brasileiros! Chega de preconceito com os nossos índios!

Chega de discriminação!

Fui acusada. A imprensa fala, que eu sou sequestradora (Sou perigosa!)

A imprensa fala que eu sou uma espécie de sequestro, porque quando eu ouço o choro de uma mãe, e busco essa mãe vir pra cidade e ter seu bebezinho. Nós temos e etnias ainda, pouquíssimas, que não aceitam as crianças gêmeas. Quando nasce gêmeos, as mães são a enterrar os dois vivos.

Como é que a gente pode admitir em pleno 2018, que uma mãe enterre seus dois bebezinhos gêmeos, só por ser gêmeos.

Perdi há três semanas atrás, dois menininhos com lábios leporinos fissura palatal, porque a mãe não sabia o que fazer, e nós sabemos o que fazer.

Nós temos um orçamento milionário no Ministério da Saúde para alcançar essas crianças. (A senhora está expondo os povos indígenas). Não sou eu! Eu estava fazendo esse diálogo sozinha. Eu e meu grupo com os povos, quando nos acusaram de sequestradores, e pra nos defendermos tivemos que falar o que estávamos fazendo. Não fomos nós que trouxemos um assunto para o debate, foi quem responsabilmente nos acusou de sequestradores.

Essas crianças existem, essas mães existem.

Eu vou encerrar dizendo uma coisa pra vocês, quando se enterra uma criança viva, as mães que estão comigo hoje em Brasília, e que foram obrigadas a enterrar uma

criança viva, elas contam que quando se enterra uma criança viva, ela não morre na hora.

Eu tenho um menino que está comigo, que ficou enterrado por duas horas.

O Brasil inteiro viu um caso de Canarana de uma menininha, que ficou enterrado por sete horas, e milagrosamente sobreviveu.

Há menos de seis meses atrás, as mães disse pra mim que quando se enterra uma criança viva, ela não morreu na hora. Ela chora debaixo da terra, ela chora por muito tempo antes de morrer.

É o choro, ministro Osmar, que os governos anteriores não escutaram! É choro que os presidentes anteriores da FUNAI não escutaram!

É o choro que o Brasil não escutou. Mas eu vou dizer uma coisa pra vocês como uma terrível cristã, é o choro que o grande tupã a escuta, e o grande tupã ama curumim.

Chega de choro de curumim!

Chega de choro de criança indígena!

Chega de choro de crianças com deficiência! Chega de choro nos lares!

Chega de choro nessa nação!

Eis que surge o ministério da vida e da alegria. Sejam todos vocês bem-vindos!

Brasília, 15 de janeiro de 2019